

RELATÓRIO SEMESTRAL

JUNHO 2025



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

RECUPERAR
PORTUGAL



Ficha Técnica

Título: Relatório Semestral junho 2025

Edição: 1^a edição, 2025

Propriedade: Estrutura de Missão Recuperar Portugal

Relatório elaborado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021 relativo ao modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência.

RECUPERAR
PORTUGAL

Lista de siglas, acrónimos e abreviaturas

- A.M. – Área Metropolitana
- AAE – Áreas de Acolhimento Empresarial
- ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
- AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
- ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
- BD – Beneficiários Diretos
- BEI – Banco Europeu de Investimento
- BF – Beneficiários Finais
- BI – Beneficiários Intermediários
- BPF – Banco Português de Fomento, S.A.
- C&T – Ciência e Tecnologia
- CAC – Comissão de Auditoria e Controlo
- CCA – Comissão de Coordenação das Agendas
- CCDR A – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- CCDR Alg – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
- CCDR Centro – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- CCDR Norte – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
- CE – Comissão Europeia
- CNA – Comissão Nacional de Acompanhamento
- DIH – Digital Innovations Hubs
- EMRP – Estrutura de Missão Recuperar Portugal
- ENAAC – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020
- ESCI – Equipa Segregada de Controlo Interno
- FA – Fundo Ambiental
- FBCP - Formação Bruta de Capital Fixo
- FEEI – Fundos Europeus Estruturais de Investimento
- FEI – Fundo Europeu de Investimento
- I&D – Investigação e Desenvolvimento
- I&D&I – Investigação, Desenvolvimento e Inovação
- I&I – Investigação e Inovação

IDE – Ambiente de desenvolvimento integrado
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
IGF - AA – Inspeção Geral de Finanças – Autoridade de Auditoria
IHPC – Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor
MRR – Mecanismo de Recuperação e Resiliência
MV – Mecanismo de Verificação
OPF – Organizações de Produtores Florestais
PACRP – Plano de Ações de Controlo da «Recuperar Portugal»
PD – Pedido de Desembolso
PIB – Produto Interno Bruto
PP – Pedido de Pagamento
PME – Pequenas e Médias Empresas
PNEC – Plano Nacional de Energia e Clima
PRR – Plano de Recuperação e Resiliência
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAM – Região Autónoma da Madeira
RPFGC – Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível
SCI – Sistema de Controlo Interno
SGCI – Sistema de Gestão e Controlo Interno
SGIFR – Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
SNS – Sistema Nacional de Saúde
TCE – Tribunal de Contas Europeu
TdC – Tribunal de Contas
UE – União Europeia
VL – Verificação no Local

Glossário

Beneficiário Direto (BD) – Entidade pública responsável pela implementação e execução física e financeira de uma reforma e ou de um investimento inscrito no PRR, e que lhe permite beneficiar de financiamento.

Beneficiário Final (BF) – Entidade selecionada por um Beneficiário Intermediário responsável pela execução física e financeira de um projeto, beneficiando de um financiamento do PRR diretamente enquanto «Beneficiário Direto», ou através do apoio de um «Beneficiário Intermediário».

Beneficiário Híbrido – Entidade pública que, para um mesmo investimento, em função dos diferentes projetos envolvidos, desempenha o papel de «Beneficiário Direto» e de «Beneficiário Intermediário».

Beneficiário Intermediário (BI) – Entidade pública globalmente responsável pela implementação física e financeira de um investimento inscrito no PRR, mas cuja execução é assegurada por entidades terceiras por si selecionadas.

Dimensões estruturantes – Três conjuntos de componentes, cada uma das quais incluindo uma ou mais medidas (reformas e investimentos), que respondem às prioridades do PRR: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.

Investimento – Medida do PRR à qual é associado um montante específico de financiamento através de subvenção ou empréstimo.

Marcos e Metas – Medida do progresso no sentido da realização de uma reforma ou de um investimento, sendo os marcos realizações qualitativas e as metas realizações quantitativas.

Reforma – Medida estrutural do PRR, de natureza política ou estratégica, cuja implementação é assegurada pela área governativa responsável, à qual, em regra, não é associado um montante específico de financiamento através de subvenção ou empréstimo.

Subinvestimento – Parte de um investimento, objeto de contratualização com um BD / BI específico e distinto dos BD / BI responsáveis pelo(s) outro(s) subinvestimento(s) que integra(m) esse investimento.

Valor em trânsito em BI – Diferença entre o valor transferido para BIs e o valor pago por estes a BFs.

CONTEÚDOS

- 1 NOTA INTRODUTÓRIA**
- 2 SUMÁRIO EXECUTIVO**
- 3 O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA**
- 4 SÍNTESE DA IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA**
- 5 BALANÇO DE MARCOS E METAS**
- 6 SÍNTESE DA IMPLEMENTAÇÃO POR DIMENSÃO ESTRUTURANTE**
- 7 SÍNTESE DA IMPLEMENTAÇÃO POR COMPONENTE**

ANEXOS

ANEXO I. LISTAGEM DE PROJETOS APROVADOS A BENEFICIÁRIOS DIRETOS

ANEXO II. LISTAGEM DE PROJETOS APROVADOS A BENEFICIÁRIOS FINAIS

Índice de figuras

[Figura 1: Cronologia de implementação do PRR](#)

[Figura 2: Evolução da Implementação Financeira até ao 1º semestre de 2025](#)

[Figura 3: Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a 30.06.2025 \(milhões de euros\)](#)

[Figura 4: Implementação Financeira por Componente a 30.06.2025 \(milhões de euros\)](#)

[Figura 5: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos](#)

[Figura 6: Fluxos de Tesouraria do PRR a 30.06.2025](#)

[Figura 7: Cumprimento Global de Marcos e Metas a 30.06.2025](#)

[Figura 8: Cumprimento de Marcos e Metas, por dimensão a 30.06.2025](#)

[Figura 9: Distribuição por componente dos Marcos e Metas a 30.06.2025](#)

Índice de tabelas

[Tabela 1: Implementação Financeira por tipologia de Beneficiário a 30.06.2025](#)

[Tabela 2: Implementação Financeira por região NUTS III e per capita, a 30.06.2025](#)

1

Nota Introdutória

1. Nota Introdutória

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) continua a afirmar-se como um dos principais instrumentos de política pública para a transformação estrutural de Portugal, impulsionando uma economia mais verde, digital e resiliente, e promovendo uma sociedade mais justa, coesa e competitiva. Desde a sua aprovação em 2021, o PRR tem evoluído num contexto de forte instabilidade internacional, exigindo adaptações para responder a novos desafios. As reprogramações de 2023 e 2024 permitiram reforçar a ambição do Plano, ajustar a sua execução e otimizar a sua eficácia, assegurando simultaneamente a simplificação de procedimentos e o cumprimento rigoroso das metas e marcos acordados com a Comissão Europeia.

A atualização mais recente, aprovada em maio de 2025, reafirma os princípios estruturantes do PRR, assegurando a sua coerência estratégica e a continuidade da execução até 2026. Esta revisão manteve o valor global do Plano e promoveu uma realocação de recursos no montante de 1.463 milhões de euros, com especial incidência nas áreas da Saúde, Empresas e Ciência, reduzindo em paralelo a carga administrativa e consolidando marcos e metas intermédios.

No primeiro semestre de 2025, o PRR prosseguiu a sua trajetória de execução, refletindo um ritmo consolidado de implementação e de cumprimento dos objetivos contratualizados com a União Europeia. À data de 30 de junho de 2025, o Plano registava a submissão de sete pedidos de pagamento à Comissão Europeia, correspondendo a 147 marcos e metas cumpridos e validados, o que traduz um progresso robusto e sustentado na execução global do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Durante este período, o volume de avisos e anúncios lançados ultrapassou a dotação total do PRR, atingindo 22,3 mil milhões de euros, enquanto os montantes pagos a beneficiários diretos e finais ascenderam a 8,1 mil milhões de euros, reforçando o impacto direto do Plano na economia e no território.

A Estrutura de Missão "Recuperar Portugal" (EMRP), enquanto entidade responsável pela coordenação técnica, gestão e monitorização do PRR, mantém o compromisso com a transparência, rigor e eficiência na execução dos fundos, garantindo o cumprimento dos objetivos estratégicos nacionais e europeus e a maximização do impacto económico e social do Plano.

Em conformidade com o modelo de governação estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 29-B/2021, na sua redação atual, alínea e), do art. 6.º, a EMRP elaborou o presente relatório de Monitorização que, entre outros, apresenta o ponto de situação da execução física e financeira do PRR a 30 de junho de 2025, descrevendo o progresso obtido nas reformas e investimentos, a evolução dos desembolsos, e o cumprimento dos marcos e metas contratualizados, no âmbito da Decisão de Execução do Conselho n.º 8055/25, de 13 de maio de 2025, que altera a Decisão de Execução de 13 de julho de 2021 relativa à aprovação da avaliação do Plano de Recuperação e Resiliência, e respetivo anexo.

2

Sumário Executivo

2. Sumário Executivo

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) representa uma oportunidade estratégica para Portugal, traçando um caminho para a retoma do crescimento económico sustentável e a convergência com a União Europeia. Atualmente composto por 44 reformas e 129 investimentos, o PRR está em consonância com a visão nacional e europeia de desenvolvimento, e de independência energética, focando-se nas dimensões críticas da dupla transição, climática e digital, e resiliência.

Neste contexto, os desembolsos ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência baseiam-se no desempenho e dependem da execução, por parte dos Estados-Membros, dos investimentos e das reformas descritos nos respetivos planos de recuperação e resiliência.

O primeiro pagamento de 1.162 milhões de euros foi recebido em maio de 2022, correspondendo a 533 milhões de euros em subvenções e 609 milhões de euros em empréstimos. O desembolso do segundo pedido de pagamento foi recebido em fevereiro de 2023, correspondendo a 1.820 milhões de euros. Este incluiu 1.711 milhões de euros em subvenções e 109 milhões de euros em empréstimos.

Os terceiro e quarto pedidos de pagamento foram formalizados em outubro de 2023. Do total, foram recebidos, no final de dezembro de 2023, 2.460 milhões de euros, dos quais 1.875 milhões de euros respeitantes a subvenções e 585 milhões de euros de empréstimos. À data ficaram suspensos, 714 milhões de euros referentes a subvenções, tendo o pedido de levantamento desta suspensão uma avaliação preliminar positiva da Comissão a 24 de junho de 2024, resultando no desembolso do valor suspenso.

O quinto pedido de pagamento foi submetido a 3 de julho de 2024, com o valor de 2.903 milhões de euros, 1.653 milhões de euros referente a subvenções e 1.250 milhões de euros referente a empréstimos. Este pedido teve uma avaliação prévia positiva da Comissão Europeia a 26 de novembro de 2024, tendo o desembolso sido recebido a 23 de dezembro de 2024.

O sexto pedido de pagamento foi submetido a 15 de novembro de 2024, com o valor de 1.334 milhões de euros, 851 milhões de euros referente a subvenções e 485 milhões de euros referente a empréstimos. A Comissão Europeia deu uma avaliação prévia positiva a 30 de junho de 2025, tendo o desembolso sido recebido a 8 de agosto.. A 27 de junho de 2025 foi formalizado o sétimo pedido de pagamento junto da Comissão Europeia.

A 30 de junho de 2025, já tinha sido lançado um montante de 18.187 milhões de euros em avisos de abertura de concursos e 4.168 milhões de euros em concursos públicos. Foram apresentadas 380.123 candidaturas, tendo sido aprovadas 239.798, a mais de 191.251 beneficiários diretos e finais, e pagos a estes 8.073 milhões de euros. Durante o primeiro semestre de 2025 foram lançados 1.148 milhões de euros em Avisos de Abertura de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública, foram aprovados 1.866 milhões de euros e foram pagos 1.800 milhões de euros a beneficiários diretos e finais.

3

O Plano de Recuperação e Resiliência

3. O Plano de Recuperação e Resiliência

Em 2023, os efeitos decorrentes da agressão militar da Rússia à Ucrânia resultaram em significativas alterações de contexto, e novos e grandes desafios à implementação do PRR. É de salientar que estas disruptões – associadas, por exemplo, a fatores como as restrições de acesso a diversas matérias, energéticas e não energéticas, e as subidas dos respetivos preços – foram de tal ordem que tiveram impacto estrutural nas condições de ação dos agentes económicos, e na sua capacidade de implementar projetos de investimento.

Esta alteração de contexto internacional criou a necessidade de uma atualização ao PRR, com os seguintes princípios orientadores:

- Aumento da ambição do plano, com introdução de medidas novas e reforço de verbas, e respetivos objetivos;
- Reforço financeiro, que deverá ser também assegurado com recurso a empréstimos no âmbito do PRR ou, quando necessário, a financiamento nacional, para fazer face a novas necessidades relacionadas com projetos já previstos no plano ou em execução, mantendo a sua ambição;
- Ajustamentos nos marcos e nas metas que não implicam diminuição de ambição;
- Manutenção da estrutura inicial do PRR com as novas reformas e medidas alocadas a componentes já existentes;
- Novas medidas e o reforço da ambição focados na transição digital e climática, incluindo reforço da resiliência energética, não descurando a resposta social em áreas como a educação, habitação e saúde.

Surgiu também a oportunidade de ser criado um novo capítulo REPowerEU que assume um impulso adicional para a transição verde. Com o REPowerEU, a UE pretende pôr fim à sua dependência dos combustíveis fósseis poupando energia, diversificando o a provisamento e acelerando a transição para as energias verdes.

A 22 de setembro de 2023 foi recebida a avaliação positiva da Comissão Europeia, e a 17 de outubro de 2023 foi adotada a nova Decisão de Implementação do Conselho (CID), por parte do Conselho da União Europeia, na qual ficaram estabelecidos os 463 Marcos e Metas desembolso, bem como a descrição dos objetivos dos 123 investimentos e das 44 Reformas.

No dia 1 de agosto de 2024, Portugal submeteu à Comissão Europeia o segundo pedido de reprogramação do PRR. Esta reprogramação teve como grande objetivo assegurar que o Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal continue a ser eficaz e relevante, apesar das circunstâncias imprevistas que surgiram desde a sua aprovação inicial. As alterações feitas comportam:

- Alterações devido a circunstâncias objetivas, de forma a implementar melhores alternativas e alcançar a ambição original da medida;
- Alterações que reduziram, significativamente, a carga administrativa associada ao cumprimento dos respetivos marcos e metas;
- Correções de erros administrativos.

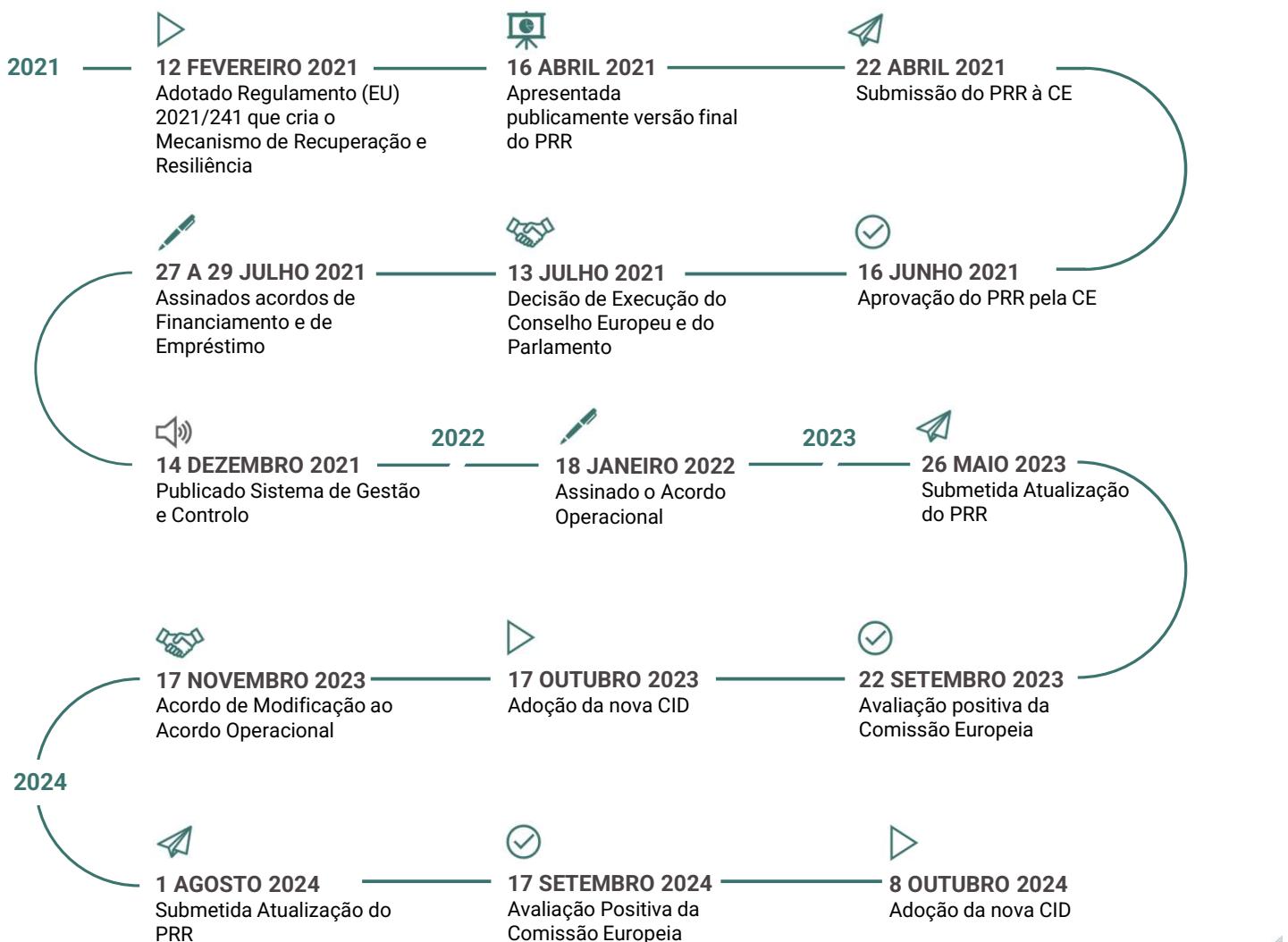
A 17 de Setembro de 2024, a Comissão Europeia emitiu uma avaliação positiva à segunda reprogramação do PRR português, tendo sido aprovada pelo Conselho Europeu a 8 de Outubro de 2024, resultando na alteração da Decisão de Implementação do Conselho aprovada em 17 de Outubro de 2023.

3. O Plano de Recuperação e Resiliência

Tendo em consideração a nova decisão, a 29 de Outubro de 2024, Portugal e a Comissão Europeia chegaram a acordo sobre a modificação do Acordo Operacional.

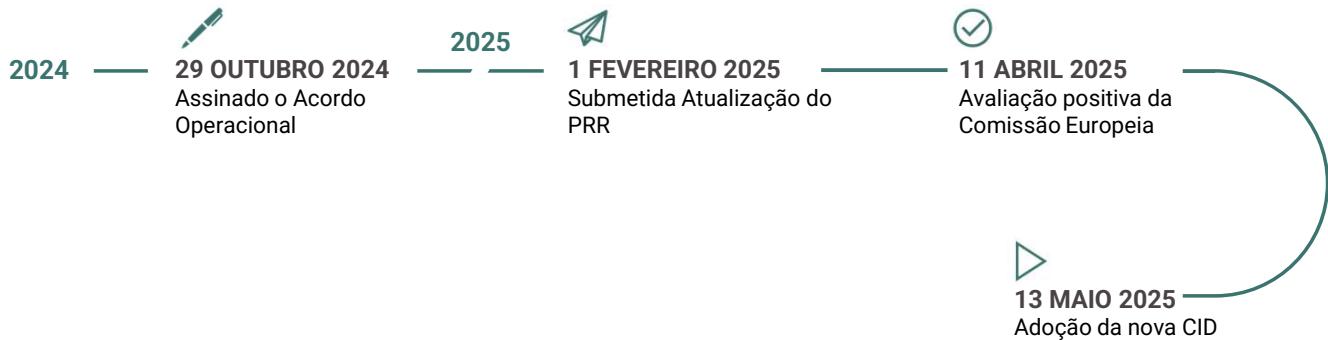
A 1 de fevereiro de 2025, Portugal submeteu uma nova proposta de reprogramação à Comissão Europeia. Mantendo a ambição do PRR e o valor do plano em 22.216 milhões de euros, esta reprogramação visa realocar 1.463 milhões de euros, tendo 60% deste montante reforçado as áreas da Saúde, Empresas e Ciência. Também o número de Marcos e Metas sofre uma alteração nesta reprogramação, passando de 463 para 438. Esta proposta de alteração, que se prende com questões de redução de carga administrativa, bem como fusão de marcos e metas intermédios, recebeu uma avaliação positiva por parte da Comissão Europeia a 11 de abril, e a 13 de maio foi adotada a nova Decisão de Implementação do Conselho (CID).

Figura 1: Cronologia de implementação do PRR



3. O Plano de Recuperação e Resiliência

Figura 1: Cont. Cronologia de implementação do PRR



3. O Plano de Recuperação e Resiliência



Visão Global



3. O Plano de Recuperação e Resiliência



¹ Esta componente não estava prevista no PRR inicial.

Estes valores poderão ser sujeitos a pequenos ajustes no âmbito da contratação entre a Estrutura de Missão "Recuperar Portugal" e os Beneficiários Diretos e Intermediários.

3. Progresso geral a 30 de junho de 2025



¹Valor contratualizado reflete investimentos decorrentes da reprogramação em fase de ajustamento.

Dados a 30 de junho de 2025

4

Síntese da implementação financeira

4. Síntese da implementação financeira

Durante o 1º semestre de 2025, foram lançados 1.148 milhões de euros em Avisos e Anúncios. Durante o semestre foram também aprovados 1.866 milhões de euros, pagos 1.800 milhões de euros a Beneficiários Diretos e Finais e realizados 1.667 milhões de euros.

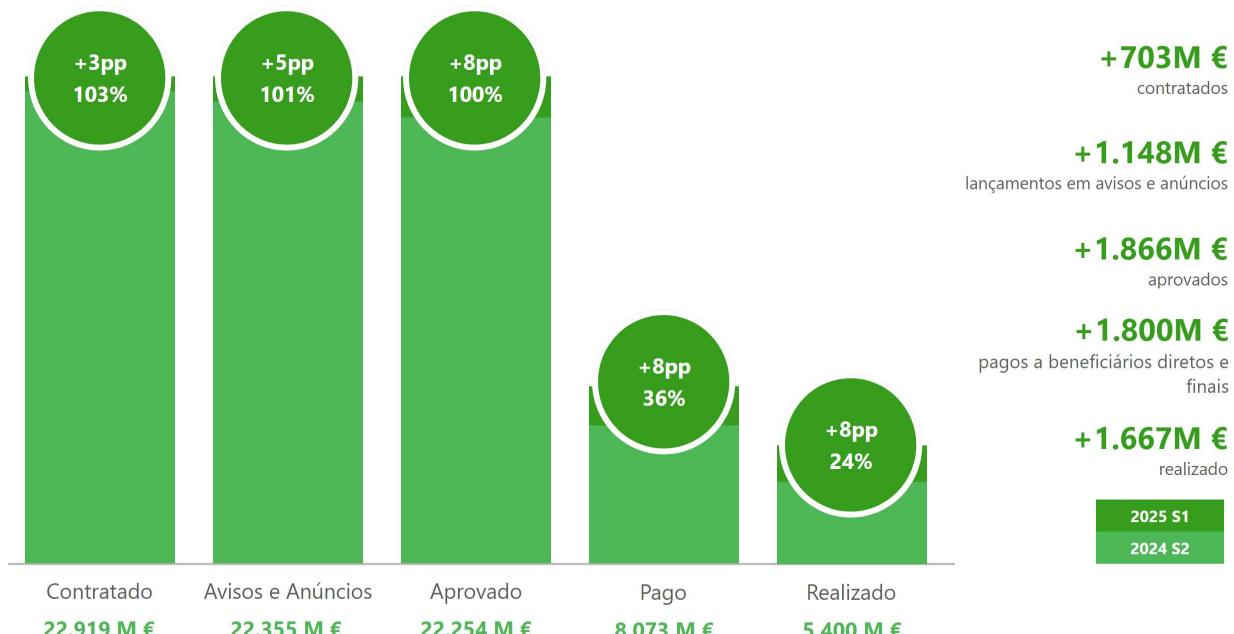
Desta forma, até 30 de junho de 2025, tinham sido lançados Avisos de Abertura de Candidaturas no total de 18.187 milhões de euros (82% da dotação do PRR) e Procedimentos de Contratação Pública no total de 4.168 milhões de euros (19% da dotação do PRR). O montante lançado em Avisos e Anúncios ascendia no final do semestre a 22.355 milhões de euros, correspondendo a 101% da dotação do PRR e representando um aumento de 5 pontos percentuais face ao final do 2º semestre de 2024 (esta variação é calculada tendo por base a dotação do PRR).

Já o montante de projetos aprovados a Beneficiários Diretos e Finais que totalizava, no final do 1º semestre de 2025, 22.254 milhões de euros (100% da dotação do PRR), representa um aumento de 8 pontos percentuais face ao 2º semestre de 2024 (novamente, trata-se da variação calculada com base na dotação).

Os montantes pagos a Beneficiários Diretos e Finais ascendiam a 8.073 milhões de euros, o correspondente a 36% da dotação do PRR, e representando um aumento de 8 pontos percentuais face ao 2º semestre de 2024.

Já o valor realizado totalizava no final do 1º semestre de 2025, 5.400 milhões de euros (24% da dotação do PRR), e representando um aumento de 8 pontos percentuais face ao período anterior.

Figura 2: Evolução da Implementação Financeira até ao 1º semestre de 2025



Os valores percentuais bem como as respetivas variações em pontos percentuais foram calculados tendo por base a dotação do PRR de 22.216 M € e estão arredondados à unidade.

4. Síntese da implementação financeira

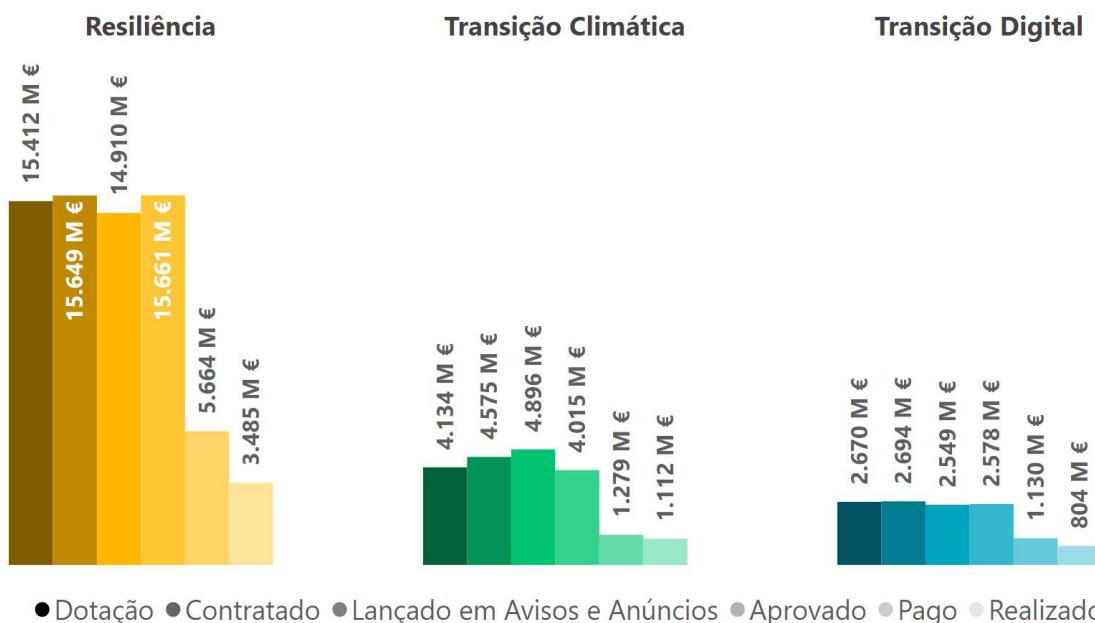
A 30 de junho de 2025, as três dimensões estruturantes do PRR - Resiliência, Transição Climática e Transição Digital - encontravam-se com os níveis de implementação financeira representados na figura 3.

Na dimensão Resiliência tinham sido lançados 14.910 milhões de euros em Avisos e Anúncios (97% da dotação da dimensão estruturante). O montante aprovado ascendia a 15.661 milhões de euros (102% da dotação da dimensão estruturante) e o montante pago a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 5.664 milhões de euros (37% da dotação da dimensão estruturante). Já o realizado ascendia a 3.485 milhões de euros (23% da dotação da dimensão estruturante).

Na dimensão Transição Climática, o montante lançado em Avisos e Anúncios atingiu os 4.896 milhões de euros no final do semestre (118% da dotação da dimensão estruturante). O montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 4.015 milhões de euros (97% da dotação da dimensão estruturante), e o montante pago aos mesmos atingiu os 1.279 milhões de euros (31% da dotação da dimensão estruturante). O valor realizado encontra-se nos 1.112 milhões de euros (27% da dotação da dimensão estruturante).

Na dimensão Transição Digital, foram lançados até ao final do semestre 2.549 milhões de euros (95% da dotação da dimensão estruturante), tendo sido aprovados 2.578 milhões de euros (97% da dotação da dimensão estruturante), pagos a Beneficiários Diretos e Finais 1.130 milhões de euros (42% da dotação da dimensão estruturante) e realizados 804 milhões de euros (30% da dotação da dimensão estruturante).

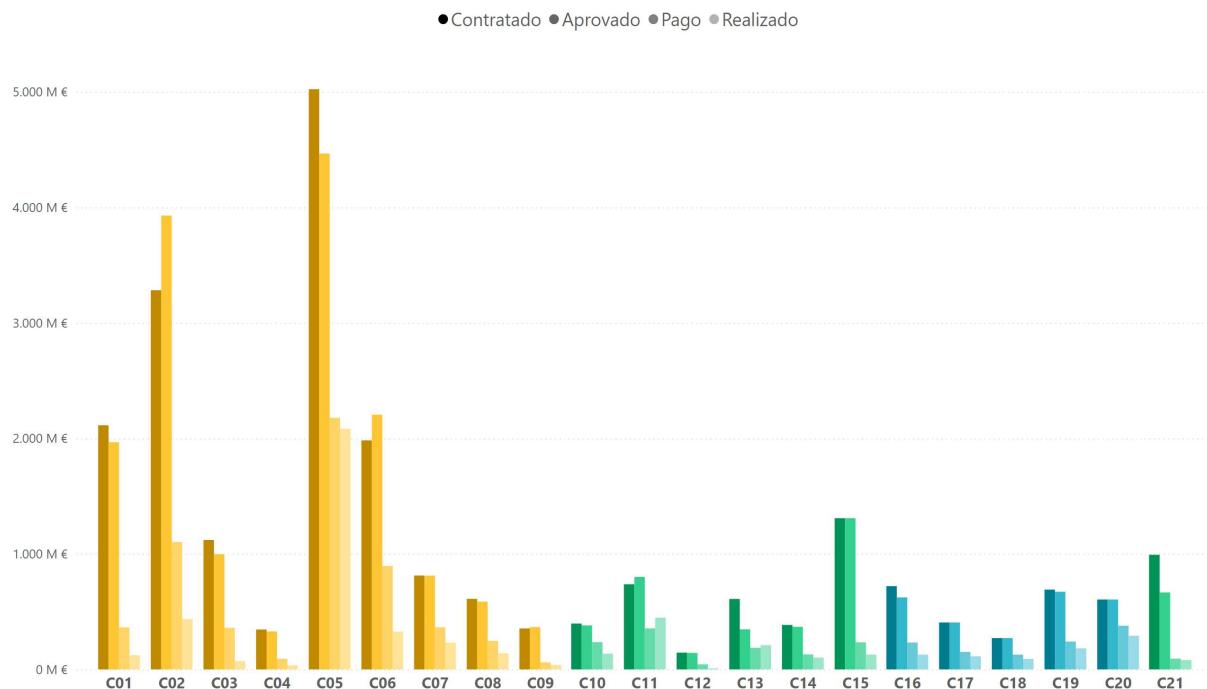
Figura 3: Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a 30.06.2025 (milhões de euros)



4. Síntese da implementação financeira

A figura 4 mostra os montantes contratados entre EMRP e os Beneficiários Diretos e Intermédios, e montantes aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e Finais em cada uma das 21 componentes do PRR, a 30 de junho de 2025.

Figura 4: Implementação Financeira por Componente a 30.06.2025 (milhões de euros)



A tabela 1 apresenta a divisão previsional por tipo de Beneficiário Direto e Final da dotação lançada em avisos e procedimentos de contratação pública. Apresenta também os respetivos montantes aprovados, pagos e realizados por tipo de Beneficiário Direto ou Final.

Tabela 1: Implementação Financeira por tipologia de Beneficiário a 30.06.2025

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Concursos Públicos	Avisos		Beneficiários Diretos e Finais			
	LANÇADOS (€) ¹	DOTAÇÃO (€) ²	CANDIDATURAS SUBMETIDAS	CANDIDATURAS APROVADAS	APROVADO (M€)	PAGO (M€)	REALIZADO (M€)
Famílias	1.764 M €	283.498	180.271	290 M €	246 M €	332 M €	
Instituições da Economia Solidária e Social	1.294 M €	9.624	6.447	1.095 M €	447 M €	81 M €	
Empresas	5.980 M €	69.646	42.747	5.183 M €	2.348 M €	2.090 M €	
Instituições do Sistema Científico e Tecnológico	852 M €	1.398	459	1.297 M €	574 M €	609 M €	
Instituições de Ensino Superior	956 M €	2.544	366	373 M €	161 M €	117 M €	
Escolas	358 M €	585 M €	1.803	1.194	1.028 M €	591 M €	277 M €
Autarquias e Áreas Metropolitanas	12 M €	1.898 M €	7.835	5.267	5.180 M €	1.283 M €	493 M €
Entidades Públicas	1.666 M €	3.130 M €	3.356	2.720	5.041 M €	1.645 M €	916 M €
Empresas Públicas	2.132 M €	1.729 M €	419	327	2.767 M €	778 M €	485 M €
Total	4.168 M €	18.187 M €	380.123	239.798	22.254 M €	8.073 M €	5.400 M €

¹ Procedimentos de Contratação Pública lançados por Beneficiários Diretos.

² Dotação sujeita a alterações no âmbito da contratação em curso entre a Recuperar Portugal e os Beneficiários Intermédios e Diretos.

4. Síntese da implementação financeira

A distribuição dos valores aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e a Beneficiários Finais, em cada uma das regiões NUTS III de Portugal e nos projetos de cobertura nacional, é apresentada na tabela 2, bem como a sua distribuição relativa por habitante. A 30 de junho de 2025, tinha sido aprovado um montante equivalente a 2.186 euros por habitante no território nacional, pago um montante equivalente a 780 euros e realizado 522 euros por habitante.

Tabela 2: Implementação Financeira por região NUTS III e per capita, a 30.06.2025

NUT III	Beneficiários Diretos e Finais			Por habitante		
	APROVADO (M€)	PAGO (M€)	REALIZADO (M€)	APROVADO (€/HABITANTE)	PAGO (€/HABITANTE)	REALIZADO (€/HABITANTE)
Projetos Nacionais	3.854 M €	1.625 M €	920 M €	373 €	157 €	89 €
Alto Minho	308 M €	113 M €	89 M €	1.331 €	487 €	386 €
Cávado	651 M €	247 M €	184 M €	1.563 €	594 €	441 €
Ave	615 M €	241 M €	191 M €	1.470 €	576 €	456 €
Área Metropolitana do Porto	3.161 M €	1.221 M €	931 M €	1.820 €	703 €	536 €
Alto Tâmega	93 M €	33 M €	15 M €	1.102 €	396 €	181 €
Tâmega e Sousa	473 M €	210 M €	123 M €	1.157 €	515 €	301 €
Douro	331 M €	101 M €	54 M €	1.802 €	548 €	296 €
Terras de Trás-os-Montes	188 M €	72 M €	36 M €	1.752 €	673 €	338 €
Região de Aveiro	811 M €	322 M €	306 M €	2.208 €	876 €	833 €
Região de Coimbra	822 M €	292 M €	185 M €	1.881 €	669 €	423 €
Região de Leiria	491 M €	202 M €	190 M €	1.712 €	703 €	664 €
Viseu Dão Lafões	413 M €	149 M €	108 M €	1.635 €	591 €	427 €
Beira Baixa	124 M €	43 M €	27 M €	1.539 €	534 €	332 €
Beiras e Serra da Estrela	312 M €	100 M €	64 M €	1.483 €	477 €	304 €
Oeste	290 M €	112 M €	92 M €	798 €	308 €	254 €
Médio Tejo	333 M €	121 M €	105 M €	1.457 €	528 €	458 €
Lezíria do Tejo	261 M €	96 M €	73 M €	1.108 €	408 €	310 €
Área Metropolitana de Lisboa	5.388 M €	1.711 M €	1.035 M €	1.877 €	596 €	361 €
Alentejo Litoral	229 M €	87 M €	49 M €	2.374 €	904 €	509 €
Baixo Alentejo	272 M €	90 M €	77 M €	2.372 €	786 €	674 €
Alto Alentejo	215 M €	60 M €	22 M €	2.050 €	570 €	208 €
Alentejo Central	236 M €	76 M €	53 M €	1.547 €	499 €	346 €
Algarve	647 M €	178 M €	104 M €	1.384 €	382 €	222 €
Região Autónoma dos Açores	901 M €	341 M €	201 M €	3.811 €	1.442 €	850 €
Região Autónoma da Madeira	834 M €	228 M €	165 M €	3.327 €	908 €	660 €
Total	22.254 M €	8.073 M €	5.400 M €	2.152 €	780 €	522 €

4. Síntese da implementação financeira

FLUXOS DE TESOURARIA

A 3 de agosto de 2021, Portugal recebeu o adiantamento de 13% dos fundos do PRR, nos termos do disposto no artigo 13º do Regulamento (EU) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho e no seguimento da assinatura dos acordos de financiamento e de empréstimos. O pré-financiamento correspondeu a um valor total de 2.159 milhões de euros, sendo 1.808 milhões de euros relativos a subvenções e 351 milhões de euros relativos a empréstimos.

O desembolso dos fundos do PRR contratados com a Comissão Europeia depende do processo de avaliação do cumprimento de marcos e metas, estando prevista a submissão de 10 pedidos de pagamento até 2026, dos quais 7 foram já submetidos.

O primeiro Pedido de Pagamento foi submetido a 25 de janeiro de 2022, no total de 1.336 milhões de euros, dos quais 636 milhões de euros respeitantes a subvenções e 700 milhões de euros de empréstimos, que, deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, se traduziu no pagamento líquido, a 9 de maio de 2022, de 1.162 milhões de euros (553 milhões de euros de subvenções, e 609 milhões de euros de empréstimos).

O segundo Pedido de Pagamento foi formalizado a 31 de dezembro de 2022, no total de 2.092 milhões de euros, tendo recebido avaliação positiva da Comissão Europeia a 16 de dezembro. Após a dedução respetiva do adiantamento, este Pedido de Pagamento traduziu-se no recebimento líquido de 1.820 milhões de euros, dos quais 1.711 milhões de euros relativos a subvenções e 109 milhões de euros relativos a empréstimos. Com o desembolso do 2.º Pedido de Pagamento, que viria a ser realizado a 8 de fevereiro de 2023, Portugal já recebeu 5.141 milhões de euros, correspondente a cerca de 31% da dotação orçamental global do PRR inicialmente contratada com a Comissão Europeia.

Os terceiro e quarto Pedidos de Pagamento foram formalizados a 4 de outubro de 2023, no total de 3.562 milhões de euros, dos quais 2.947 milhões de euros respeitantes a subvenções e 615 milhões de euros de empréstimos, que, deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, e do valor suspenso, se traduziu no recebimento líquido, a 28 de dezembro de 2023, de 2.460 milhões de euros, dos quais 1.875 milhões de euros respeitantes a subvenções e 585 milhões de euros de empréstimos. O pedido de levantamento da suspensão recebeu uma avaliação preliminar positiva da Comissão a 24 de junho, resultando no desembolso do valor suspenso de 714 milhões, no inicio de agosto.

O quinto Pedido de Pagamento foi formalizado a 5 de julho de 2024, no total de 3.191 milhões de euros, dos quais 1.878 milhões de euros respeitantes a subvenções e 1.313 milhões de euros de empréstimos, que deduzidos do correspondente valor de pré-financiamento se traduz no valor líquido de 2.903 milhões de euros, 1.653 de euros em subvenções e 1.250 milhões de euros em empréstimos. A avaliação preliminar positiva foi aprovada pela Comissão, a 26 de novembro 2024.

4. Síntese da implementação financeira

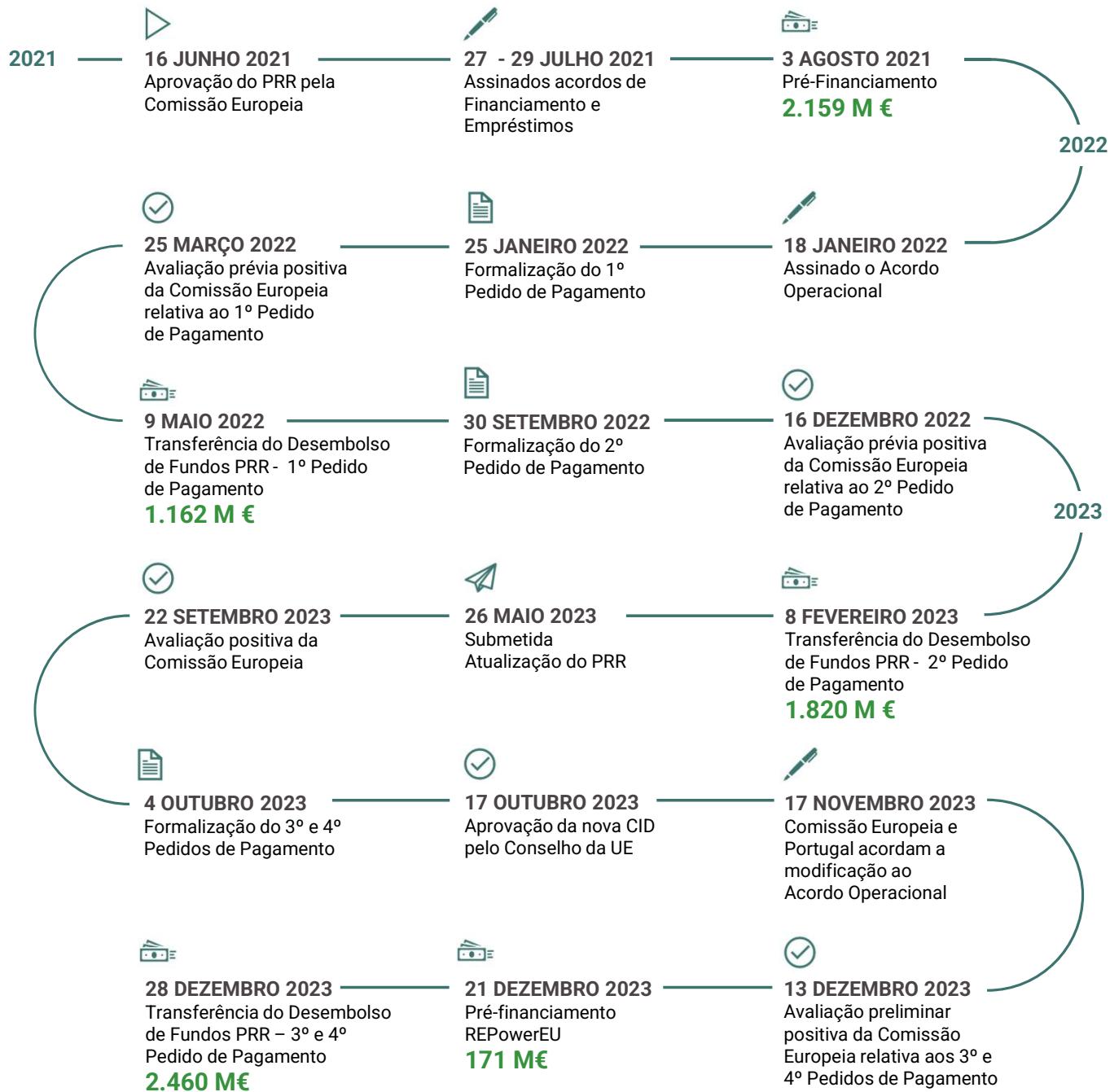
FLUXOS DE TESOURARIA

O sexto Pedido de Pagamento foi formalizado a 14 de novembro de 2024, no total de 1.868 milhões de euros, dos quais 1.502 milhões de euros respeitantes a subvenções e 366 milhões de euros de empréstimos, que deduzidos do correspondente valor de pré-financiamento se traduz no valor líquido de 1.671 milhões de euros, 1.322 milhões de euros em subvenções e 349 milhões de euros em empréstimos.

O sétimo Pedido de Pagamento foi formalizado a 26 de junho de 2025, no total de 1.209 milhões de euros, respeitantes a subvenções, que deduzidos do correspondente valor de pré-financiamento se traduz no valor líquido de 1.064 milhões de euros.

4. Síntese da implementação financeira

Figura 5: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos



4. Síntese da implementação financeira

Figura 5: (Cont.) Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos



4. Síntese da implementação financeira

A figura 5 representa a distribuição dos valores recebidos da Comissão Europeia pelos Beneficiários Diretos, Intermediários e Finais ao longo da execução do PRR até ao final do 2º semestre de 2025. De acordo com o Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, a Recuperar Portugal emite ordens de pagamento e a AD&C processa os pagamentos a Beneficiários Diretos e Intermediários. Os Beneficiários Intermediários, por sua vez, fazem pagamentos aos Beneficiários Finais, após seleção e contratação com os mesmos.

A 30 de junho de 2025, tinham sido pagos 2.012 milhões de euros a Beneficiários Diretos. O montante total transferido a Beneficiários Intermediários ascendia a 8.061 milhões de euros, dos quais 6.061 milhões de euros foram já pagos a Beneficiários Finais e 2.012 milhões de euros encontram-se em trânsito.

Figura 6: Fluxos de Tesouraria do PRR a 30.06.2025



5

Balanço de Marcos e Metas

5. Balanço de Marcos e Metas

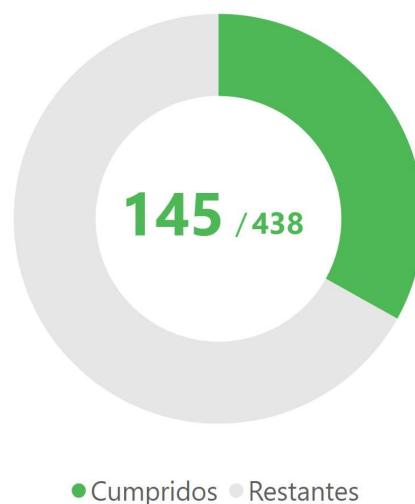
O PRR é um mecanismo baseado nos resultados alcançados e a sua execução é medida pela Comissão Europeia com base em indicadores de performance, traduzidos em Marcos e Metas contratualizados com a União Europeia. A Decisão de Execução do Conselho Europeu, de 13 de maio de 2025, relativa à aprovação pela Comissão Europeia da versão atualizada do PRR submetida em 1 de fevereiro de 2025, estabelece no seu anexo 438 Marcos e Metas para comprovar a execução dos fundos atribuídos. A comprovação do cumprimento dos Marcos e Metas é concretizada através da submissão de Pedidos de Pagamento.

Até junho de 2025, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, em representação do Estado Português, apresentou à Comissão Europeia sete Pedidos de Pagamento, apresentando as evidências documentais legalmente exigidas para demonstrar o cumprimento de 147 Marcos e Metas previstos para o respetivo período de implementação.

Do total dos 204 Marcos e Metas, relativos aos sete Pedidos de Pagamento submetidos, 145 já foram avaliados como cumpridos de forma satisfatória, com base na Avaliação Preliminar adotada pela Comissão, evidenciando assim um progresso notável na implementação do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. A 30 de junho de 2025 os restantes 59 Marcos e Metas, correspondentes ao sexto e sétimo Pedidos de Pagamento submetidos, encontravam-se em processo corrente de análise.

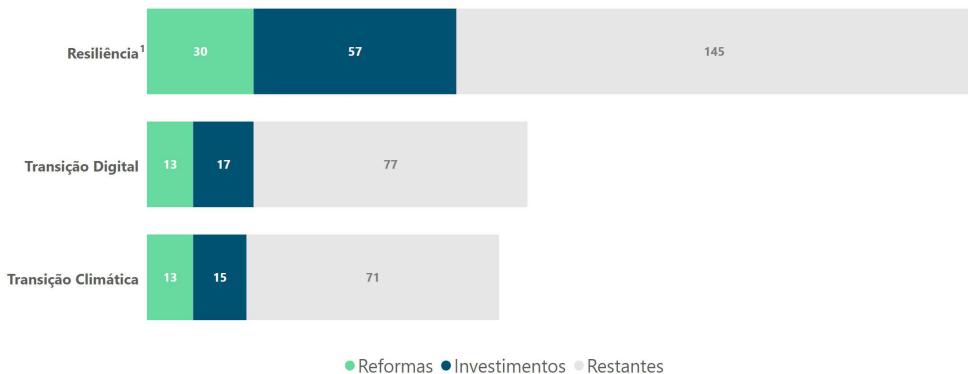
Portugal tem neste momento 33% dos Marcos e Metas cumpridos e sete Pedidos de Pagamento submetidos, dos quais cinco já validados.

Figura 7: Cumprimento Global de Marcos e Metas a 30.06.2025



5. Balanço de Marcos e Metas

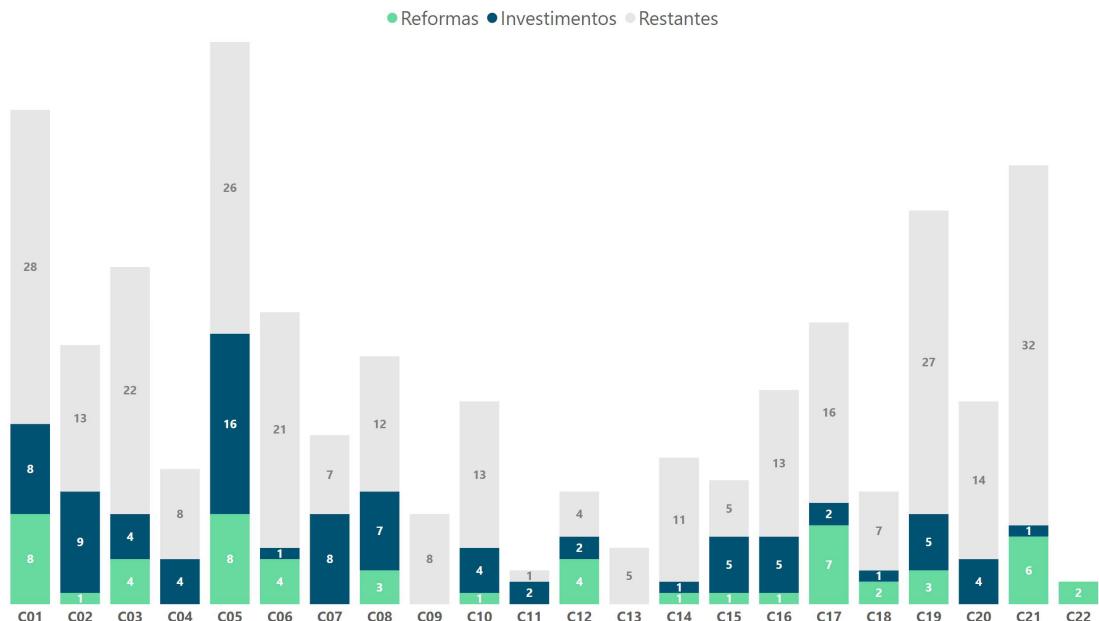
Figura 8: Cumprimento de Marcos e Metas, por dimensão a 30.06.2025



No que respeita às Dimensões Estruturantes, os Marcos e Metas cujo cumprimento se encontra demonstrado distribuem-se da seguinte forma:

- Resiliência: 87 Marcos e Metas, dos quais 57 relativos a investimentos e 30 relativos a reformas;
- Transição Climática: 28 Marcos e Metas, dos quais 15 relativos a investimentos e 13 relativos a reformas;
- Transição Digital: 30 Marcos e Metas, dos quais 17 relativos a investimentos e 13 relativos a reformas.

Figura 9: Distribuição dos Marcos e Metas cumpridos por componente a 30.06.2025



¹ Os 2 Marcos relativos à Componente C22 pertencem à dimensão da Resiliência.

6

Síntese da Implementação por Dimensão Estruturante

6. Síntese da Implementação por Dimensão Estruturante



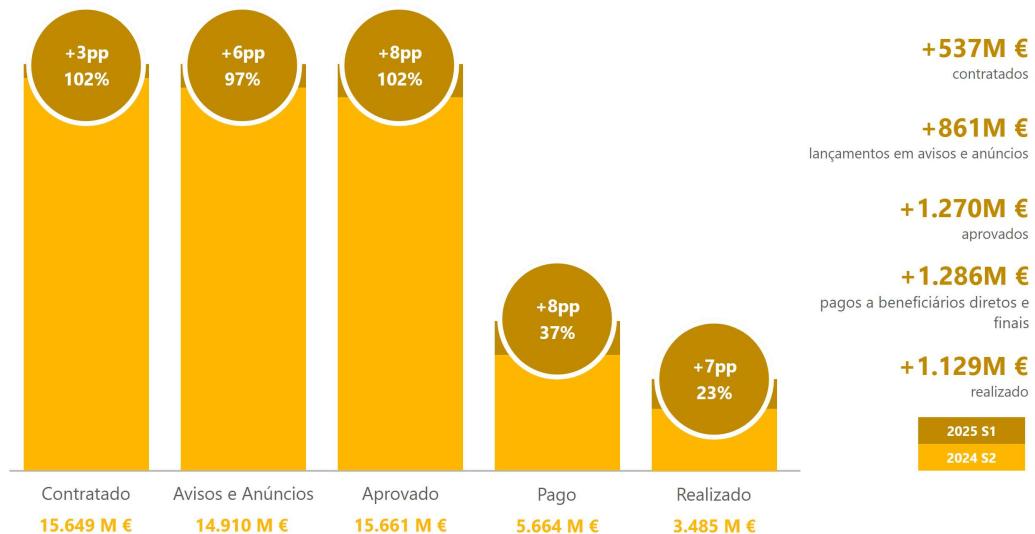
A dimensão da Resiliência visa reforçar a resiliência social, económica e territorial do país através de 9 componentes estratégicas, incluindo intervenções na saúde, habitação, respostas sociais, cultura, investimento empresarial, competências e qualificações, infraestruturas, florestas e gestão da água. Esta dimensão representa a maior parte do investimento total do PRR para a promoção de uma recuperação transformadora, duradoura, justa, sustentável e inclusiva.

Síntese da Implementação da Dimensão I – Resiliência a 31.03.2025

Contratado	102%	15.649 M €
Aprovado	102%	15.661 M €
Pago	37%	5.664 M €
Realizado	23%	3.485 M €
Avisos e Anúncios	97%	14.910 M €
Em trânsito em BI	11%	1.733 M €



Evolução da Implementação Financeira até ao 1º semestre de 2025



Os valores percentuais bem como as respetivas variações em pontos percentuais foram calculados tendo por base a dotação do PRR de 22.216 M €.

6. Síntese da Implementação por Dimensão Estruturante



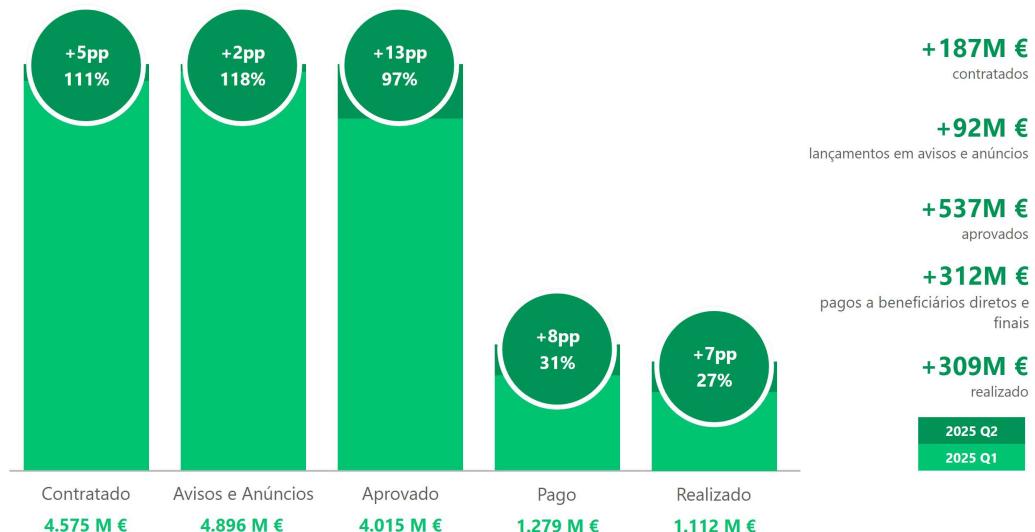
A Transição Climática compreende 7 componentes estratégicos, incluindo intervenções em áreas como o mar, mobilidade sustentável, descarbonização da indústria, bioeconomia, eficiência energética em edifícios, e energias renováveis. Constitui um compromisso para o cumprimento das metas climáticas que permitirá a Portugal atingir a neutralidade carbónica até 2050, apresentando ao país oportunidades significativas para os fatores competitivos do futuro.

Síntese da Implementação da Dimensão II – Transição Climática a 30.06.2025

Contratado	111%	4.575 M €
Aprovado	97%	4.015 M €
Pago	31%	1.279 M €
Realizado	27%	1.112 M €
Avisos e Anúncios	118%	4.896 M €
Em trânsito em BI	6%	256 M €



Evolução da Implementação Financeira até ao 1º semestre de 2025

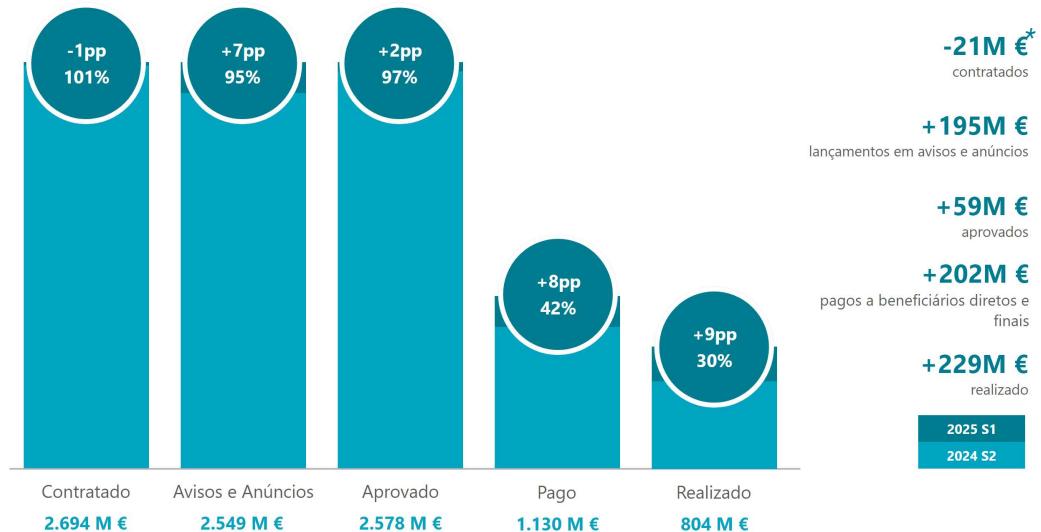
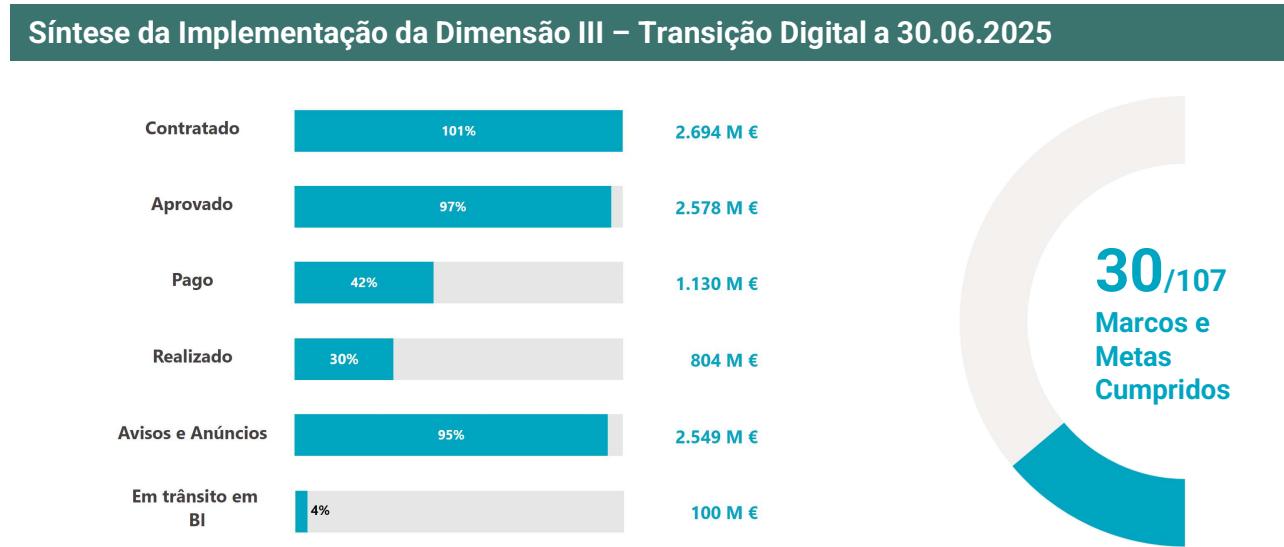


Os valores percentuais bem como as respetivas variações em pontos percentuais foram calculados tendo por base a dotação do PRR de 22.216 M €.

6. Síntese da Implementação por Dimensão Estruturante



A Transição Digital descreve 5 componentes para acelerar a transição de Portugal para uma sociedade mais digital, incluindo a capacitação e inclusão digital das pessoas através da educação, formação em competências digitais e promoção da literacia digital, transformação digital do setor empresarial e digitalização do Estado.



*Valor contratado reflete ajuste de investimentos decorrentes da reprogramação
Os valores percentuais bem como as respetivas variações em pontos percentuais foram calculados tendo por base a dotação do PRR de 22.216 M €.

7

Síntese da Implementação por Componente

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C01 Serviço Nacional de Saúde

2.108 M €

Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2025

Dotação 2.108 M €

Contratado	83%	+18pp	2.114 M € +375M €
Aprovado	75%	+19pp	1.968 M € +396M €
Pago	14%	+3pp	363 M € +60M €
Realizado	+4pp +2pp		123 M € +48M €
	2024 S2 2025 S1 Total		

Lançados em Avisos
AnúnciosEm trânsito em Beneficiários
Intermediários

Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2025
▲		
C01-r01	Reforma dos cuidados de saúde primários	Concretizada
C01-r02	Reforma no domínio da saúde mental	Concretizada
C01-r03	Conclusão da reforma do modelo de governação dos hospitais públicos	Em fase de implementação

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C01 Serviço Nacional de Saúde

2.108 M €

Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	676 M €	92%	15%	4%
C01-i02	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	235 M €	201%	24%	0%
C01-i03	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	88 M €	73%	21%	3%
C01-i04	Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	322 M €	42%	9%	0%
C01-i05.01-RAM	Expansão, Desenvolvimento e Melhoria da Rede de Cuidados Continuados Integrados Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	61 M €	128%	16%	0%
C01-i05.02-RAM	Reforço das respostas na área da saúde mental e das demências associadas ao envelhecimento Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	39 M €	101%	17%	6%
C01-i06	Transição Digital na Saúde Responsável: SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.	300 M €	100%	31%	23%
C01-i07.01-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-ISAUDE Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	4 M €	100%	19%	7%
C01-i07.02-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-SESARAM Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	11 M €	100%	52%	45%
C01-i07.03-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-DRS Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM		0%	0%	0%
C01-i08-RAA	Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	30 M €	100%	48%	33%
C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	10 M €	100%	59%	38%
C01-i10	Programa de Modernização Tecnológica do SNS Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	197 M €	50%	10%	1%
C01-i11-RAA	Modernização e requalificação do Serviço Regional de Saúde Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	36 M €			
C01-i12	Construção do Hospital de Lisboa Oriental Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	100 M €	100%		0%



Serviço Nacional de Saúde



7. Síntese da Implementação por Componente

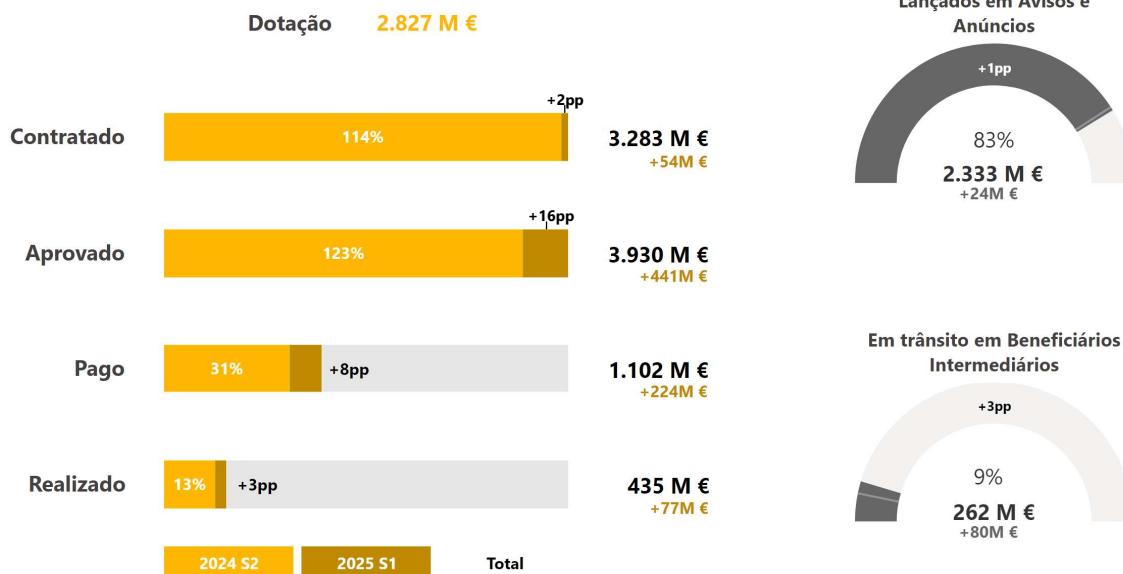


COMPONENTE C02 Habitação

2.827 M €

Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2025



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2025
C02-r04	Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	Concretizada

7. Síntese da Implementação por Componente

COMPONENTE C02 Habitação		2.827 M € Dotação orçamental			
Investimentos					
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C02-i01	Programa de apoio ao acesso à habitação Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	1.094 M €	186%	53%	20%
C02-i02	Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	201 M €	65%	21%	11%
C02-i02.02	Alojamento Urgente e Temporário - Exército de Portugal Responsável: ESTADO MAIOR DO EXERCITO	24 M €	100%	40%	0%
C02-i02.03	Alojamento Urgente e Temporário - Forças de Segurança Pública Responsável: POLICIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	30 M €	100%		0%
C02-i03-RAM	Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	136 M €	100%	28%	26%
C02-i04-RAA	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	33 M €	133%	50%	32%
C02-i05	Parque público de habitação a custos acessíveis Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	463 M €	175%	39%	21%
C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis Responsável: AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS+ EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	516 M €	97%	37%	10%
C02-i07-RAA	Infraestruturas para autoconstrução jovem Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	4 M €	100%	28%	10%
C02-i08-RAA	Reinforcement of the social housing stock Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	13 M €	148%	34%	19%
C02-i09	Support Programme for Access to Housing - Renovations Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	313 M €	60%	12%	0%



Habitação



7. Síntese da Implementação por Componente

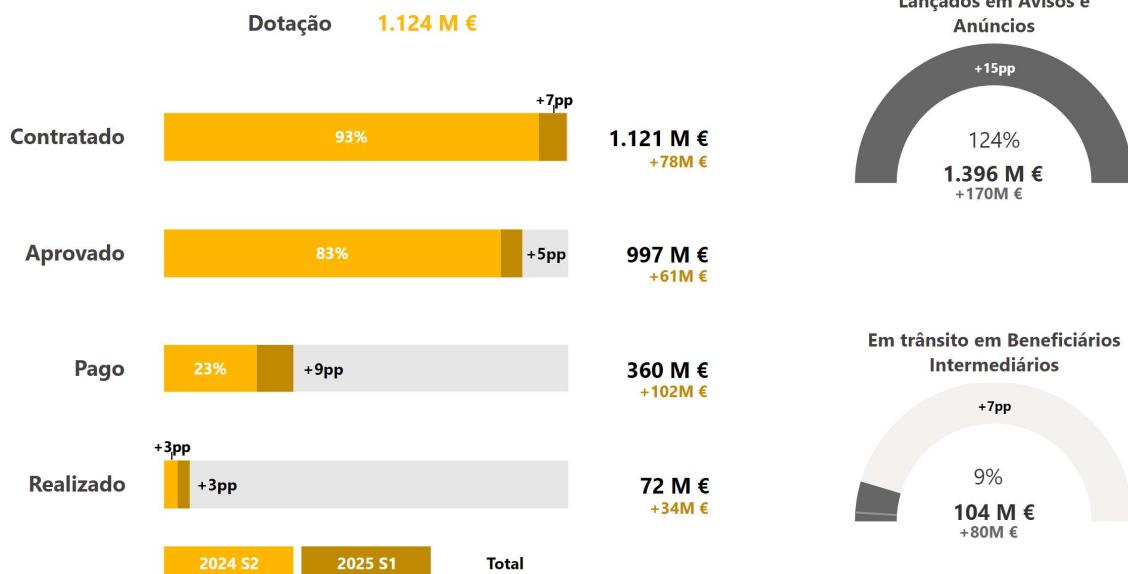


COMPONENTE C03 Respostas Sociais

1.124 M €

Dotação orçamental

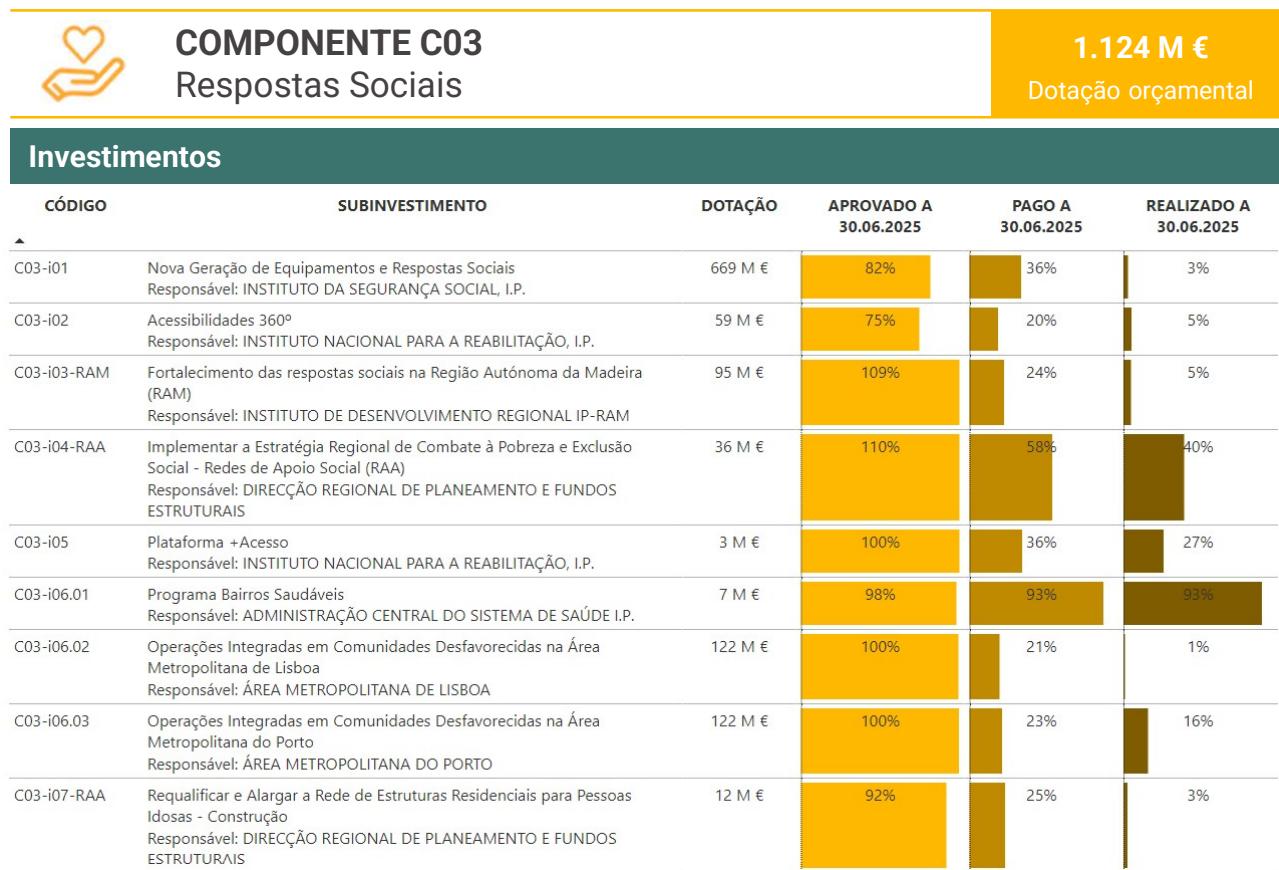
Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2025



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2025
▲		
C03-r05	Reforma da provisão de equipamentos e respostas sociais	Concretizada
C03-r06	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	Concretizada
C03-r07	Contratualização de programas integrados de apoio às comunidades desfavorecidas nas áreas metropolitanas	Concretizada
C03-r08	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	Concretizada
C03-r38	Simplificação e eficácia do sistema de segurança social	Em fase de implementação

7. Síntese da Implementação por Componente





Respostas Sociais



7. Síntese da Implementação por Componente

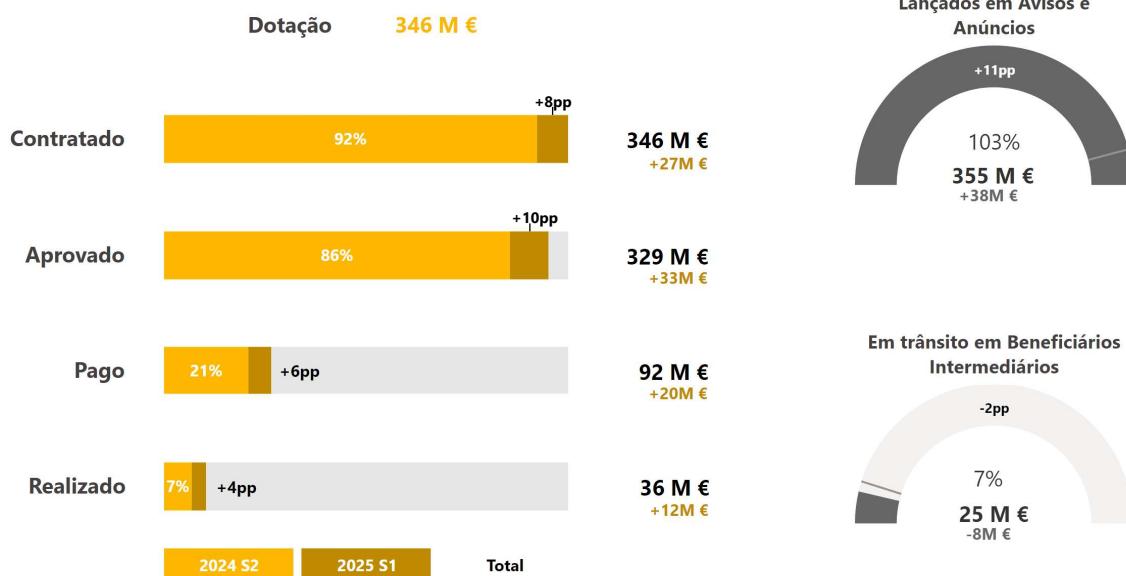


COMPONENTE C04 Cultura

346 M €

Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2025



Reformas

Não existe reformas associadas a esta componente.

Investimentos

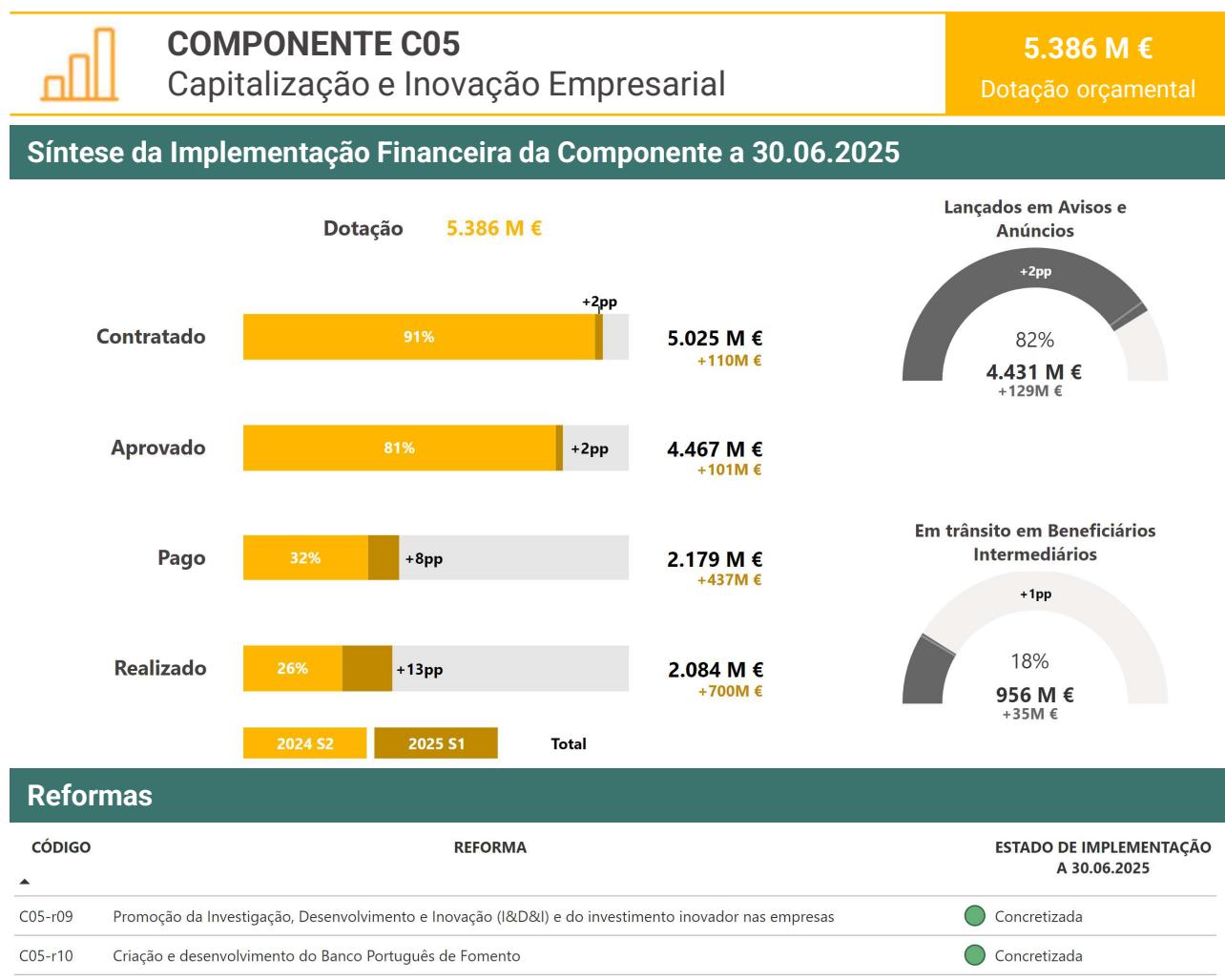
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital Responsável: GABINETE DE ESTRATÉGIA, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS	102 M €	79%	29%	12%
C04-i02	Património Cultural Responsável: FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL	243 M €	102%	26%	10%



Cultura



7. Síntese da Implementação por Componente



7. Síntese da Implementação por Componente

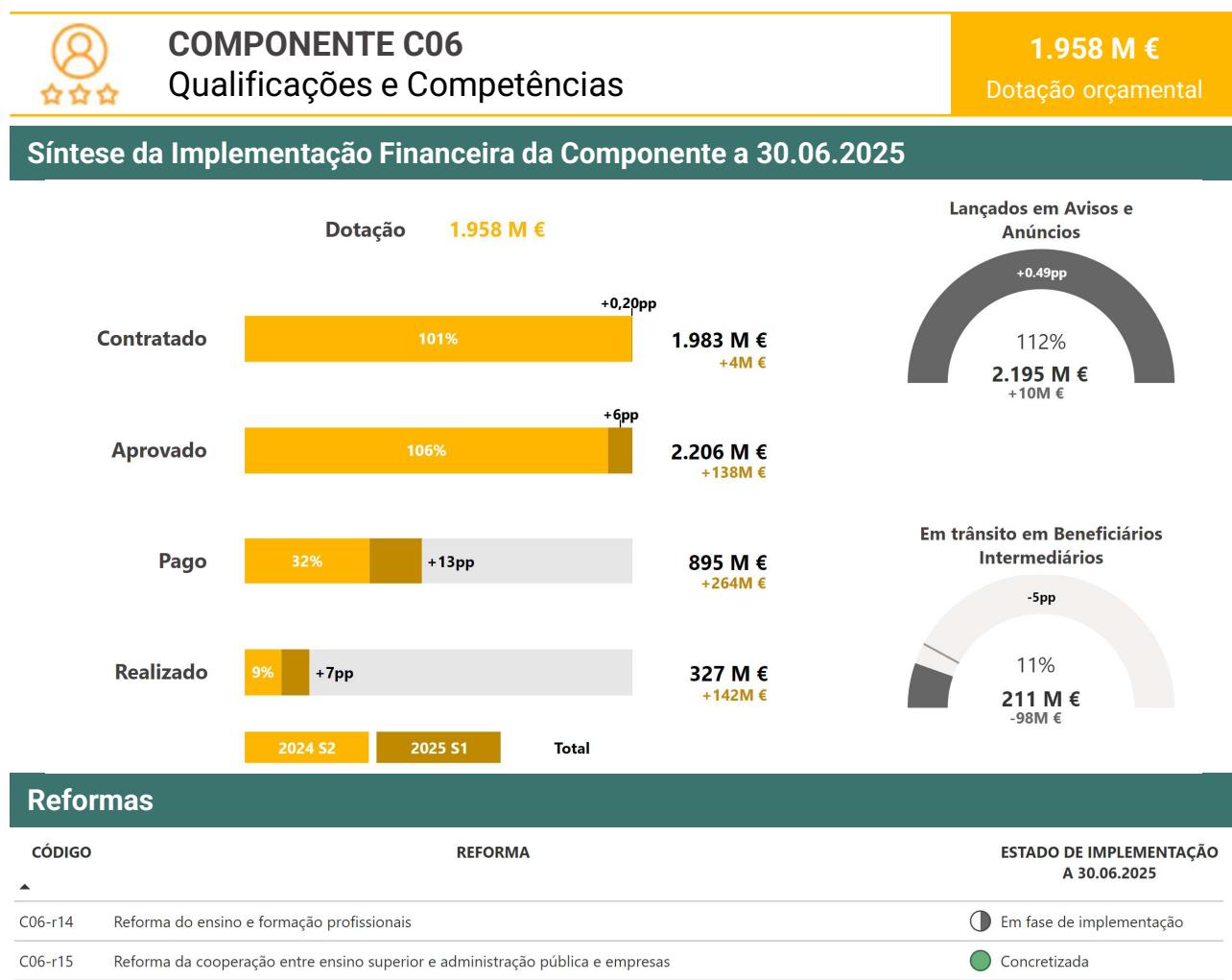
COMPONENTE C05 Capitalização e Inovação Empresarial		5.386 M € Dotação orçamental			
Investimentos					
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C05-i01.01	Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	558 M €	84%	38%	39%
C05-i01.02	Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	372 M €	91%	38%	37%
C05-i02	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo Responsável: ANI - AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A.	186 M €	102%	58%	45%
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria Responsável: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCA (IFAP, I.P.)	93 M €	100%	45%	31%
C05-i04-RAA	Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores Responsável: DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	125 M €	106%	29%	26%
C05-i05-RAA	Relançamento Económico da Agricultura Açoriana Responsável: DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	34 M €	148%	31%	13%
C05-i06.01	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento/IAPMEI Responsável: BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO, S.A.	850 M €	113%	52%	57%
C05-i06.02	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento Responsável: BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO, S.A.	250 M €	100%	100%	0%
C05-i07-RAM	Capitalização das empresas – Instrumentos de capitalização para as empresas Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	4 M €	100%	13%	0%
C05-i08.01	Ciência Mais Digital Responsável: FUNDAÇÃO PARA A CIÉNCIA E A TECNOLOGIA	70 M €	65%	35%	31%
C05-i08.02	Inteligência Artificial em processos da Administração Pública Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	25 M €			
C05-i09	Agendas mobilizadoras para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	319 M €	81%	43%	62%
C05-i10	Agendas verdes para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	320 M €	93%	48%	64%
C05-i11	Agendas mobilizadoras para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	772 M €	99%	51%	59%
C05-i12	Agendas verdes para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	533 M €	116%	41%	38%
C05-i13	Unidades de Investigação Científica Responsável: FUNDAÇÃO PARA A CIÉNCIA E A TECNOLOGIA	110 M €			0%
C05-i14	Inovação empresarial Responsável: BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO, S.A.	315 M €			
C05-i16	Componente dos Estados-Membros no InvestEU Responsável: EUROPEAN INVESTMENT FUND	450 M €			



Capitalização e Inovação Empresarial



7. Síntese da Implementação por Componente



7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C06
Qualificações e Competências

1.958 M €
Dotação orçamental

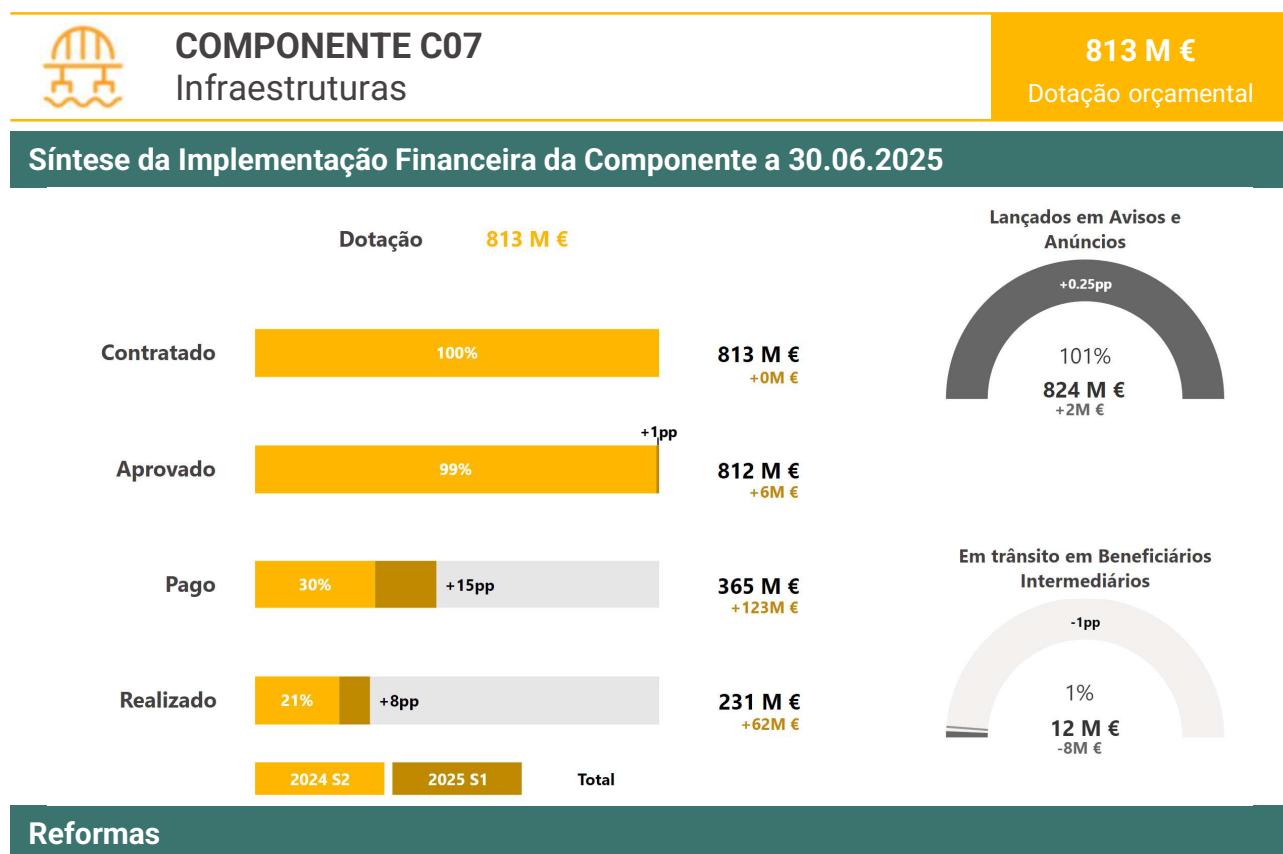
Investimentos						
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025	
C06-i01.01	Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados: Responsável: INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P.	480 M €	100%	49%	2%	
C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional Responsável: INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	230 M €	100%	26%	19%	
C06-i01.03	Modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados - Turismo Responsável: TURISMO DE PORTUGAL I.P.	20 M €	100%	18%	6%	
C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável Responsável: INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	230 M €	154%	92%	42%	
C06-i03.01	Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3 Responsável: AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.	40 M €	97%	18%	6%	
C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica Responsável: AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.	55 M €	64%	62%	62%	
C06-i03.03	Impulso Adultos Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	138 M €	100%	41%	37%	
C06-i04.01	Impulso Jovens STEAM Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	131 M €	100%	54%	49%	
C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM - Rede Ciência Viva Responsável: CIÉNCIA VIVA - AGÊNCIA NACIONAL PARA A CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	9 M €	92%	65%	3%	
C06-i05-RAA	Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	22 M €	149%	42%	27%	
C06-i06	Ciência Mais Capacitação Responsável: FUNDAÇÃO PARA A CIÉNCIA E A TECNOLOGIA	45 M €	17%	7%	2%	
C06-i07	Impulso Mais Digital - Reforma e Modernização das Ciências Agrárias Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	105 M €	100%	32%	3%	
C06-i09.01	Escolas novas ou renovadas - CCDR Norte Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	125 M €	136%	26%	0%	
C06-i09.02	Escolas novas ou renovadas - CCDR Centro Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, I. P. (CCDR CENTRO I.P.)	150 M €	139%	33%	0%	
C06-i09.03	Escolas novas ou renovadas - CCDR LVT Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. (CCDR LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.)	125 M €	139%	50%	13%	
C06-i09.04	Escolas novas ou renovadas - CCDR Alentejo Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)	20 M €	118%	39%	4%	
C06-i09.05	Escolas novas ou renovadas - CCDR Algarve Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, I.P. (CCDR ALGARVE, I.P.)	30 M €	95%	29%	0%	
C06-i09.06	Escolas novas ou renovadas -Exército de Portugal Responsável: ESTADO MAIOR DO EXERCITO	4 M €	100%		0%	



Qualificações e Competências



7. Síntese da Implementação por Componente



Reformas

Não existe reformas associadas a esta componente.

7. Síntese da Implementação por Componente

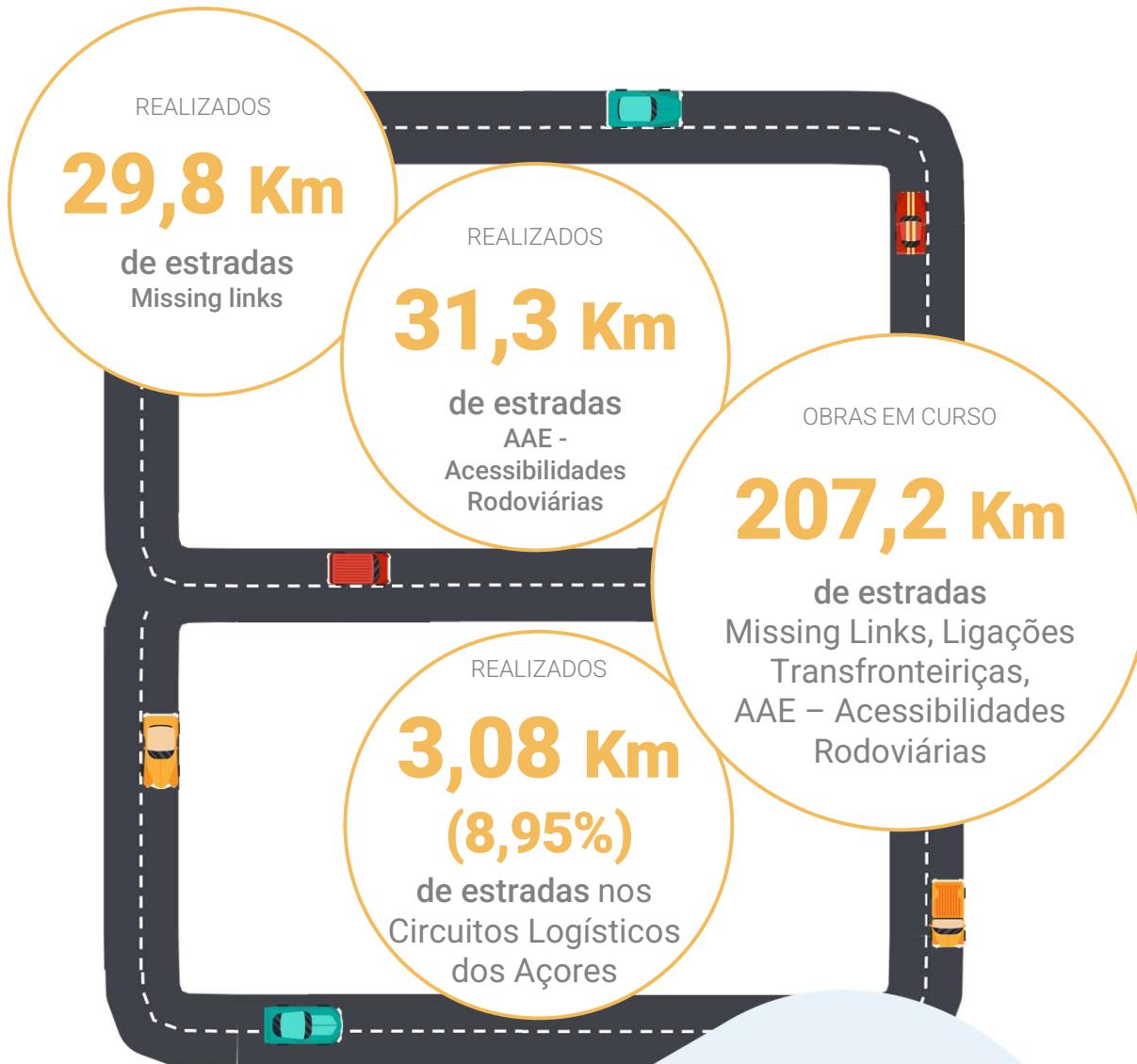
COMPONENTE C07 Infraestruturas		813 M € Dotação orçamental			
Investimentos					
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C07-i01.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)		0%	0%	0%
C07-i01.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, I.P. (CCDR CENTRO I.P.)		0%	0%	0%
C07-i01.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. (CCDR LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.)		0%	0%	0%
C07-i01.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)		0%	0%	0%
C07-i01.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, I.P. (CCDR ALGARVE, I.P.)		0%	0%	0%
C07-i02.01	Missing links e Aumento capacidade da Rede - EN14, EN4, IC35, IP2, EN125, EN211, EN344, IC2, IP8 (A26), Baião/Pone Ermida, IP8 (EN121), IP8 (EN259) Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	320 M €	100%	62%	41%
C07-i02.02	Missing links e Aumento capacidade da Rede - Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, I.P. (CCDR CENTRO I.P.)	47 M €	100%	13%	0%
C07-i03.01	Ligações transfronteiriças Ponte internacional sobre o Rio Sever Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)	11 M €	100%	7%	4%
C07-i03.02	Ligações transfronteiriças Ponte Alcoutim – Saluncar del Guadiana (ES) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, I.P. (CCDR ALGARVE, I.P.)	11 M €	100%	9%	5%
C07-i03.03	Ligações transfronteiriças EN103. Vinhais / Bragança (variantes) Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	37 M €	100%	36%	14%
C07-i03.04	Ligações transfronteiriças Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	19 M €	100%	10%	0%
C07-i04.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	106 M €	100%	72%	37%
C07-i04.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - EN10-4. Setúbal/ Mitrera e Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. (CCDR LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.)	11 M €	120%	6%	30%

7. Síntese da Implementação por Componente

 COMPONENTE C07 Infraestruturas		813 M € Dotação orçamental			
Investimentos					
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C07-i04.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias : Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, I.P. (CCDR CENTRO I.P.)	7 M €	100%	13%	1%
C07-i04.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	42 M €	93%	11%	0%
C07-i04.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)	0 M €	100%	96%	194%
C07-i05-RAA	Circuitos Logísticos - Rede Viária Regional dos Açores Responsável: DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	92 M €	100%	46%	28%
C07-i06.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	31 M €			
C07-i06.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, I.P. (CCDR CENTRO I.P.)	32 M €			
C07-i06.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. (CCDR LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.)	13 M €			
C07-i06.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)	30 M €			
C07-i06.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, I.P. (CCDR ALGARVE, I.P.)	4 M €			



Infraestruturas



7. Síntese da Implementação por Componente

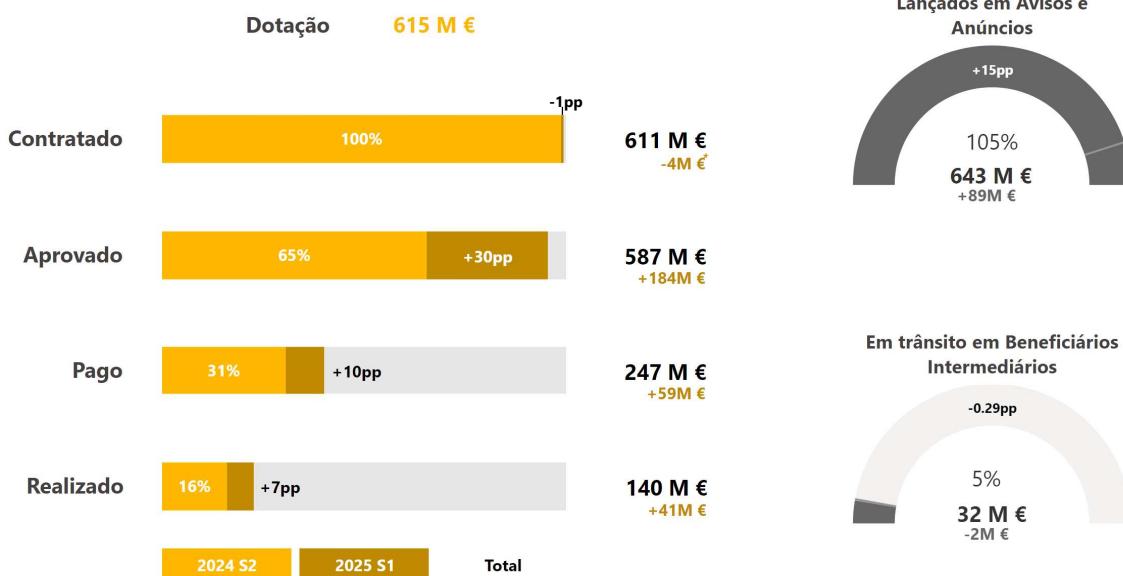


COMPONENTE C08 Florestas

615 M €

Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2025



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2025
▲		
C08-r19	Transformação da paisagem dos territórios de floresta vulneráveis	Concretizada
C08-r20	Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo	Concretizada
C08-r21	Prevenção e combate de fogos rurais	Concretizada

* Valor contratado reflete ajuste de investimentos decorrentes da reprogramação

7. Síntese da Implementação por Componente

COMPONENTE C08 Florestas		615 M € Dotação orçamental			
Investimentos					
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - "Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia" Responsável: FUNDO AMBIENTAL	195 M €	98%	23%	1%
C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem Responsável: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO	3 M €	100%	46%	39%
C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - Emparcelar para Ordenar Responsável: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAIS (IFAP, I.P.)	10 M €	0%	0%	2%
C08-i01.04	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	53 M €	100%	13%	0%
C08-i02.01	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS Responsável: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO	28 M €	100%	43%	32%
C08-i02.02	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	3 M €	100%	23%	12%
C08-i02.03	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	45 M €	91%	69%	37%
C08-i02.04	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial – Dimensão Local Região Norte Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	5 M €	99%	0%	0%
C08-i02.05	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial – Dimensão Local Região Centro Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, I.P. (CCDR CENTRO I.P.)	5 M €	100%	0%	0%
C08-i03	Faixas de gestão de combustível - Rede Primária Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	105 M €	114%	22%	9%
C08-i04.01	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos Responsável: ESTADO MAIOR DA FORÇA AÉREA	70 M €	100%	99%	61%
C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios terrestres Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	16 M €	100%	98%	96%
C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais: Rede de radares Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P.	3 M €	100%	100%	99%
C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	40 M €	100%	88%	92%
C08-i05.02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal Responsável: FUNDO AMBIENTAL	10 M €	84%	37%	29%
C08-i05.03	Programa MAIS Floresta: Sanidade Vegetal Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	24 M €			



Florestas



7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C09 Gestão Hídrica

236 M €

Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2025



Reformas

Não existe reformas associadas a esta componente.

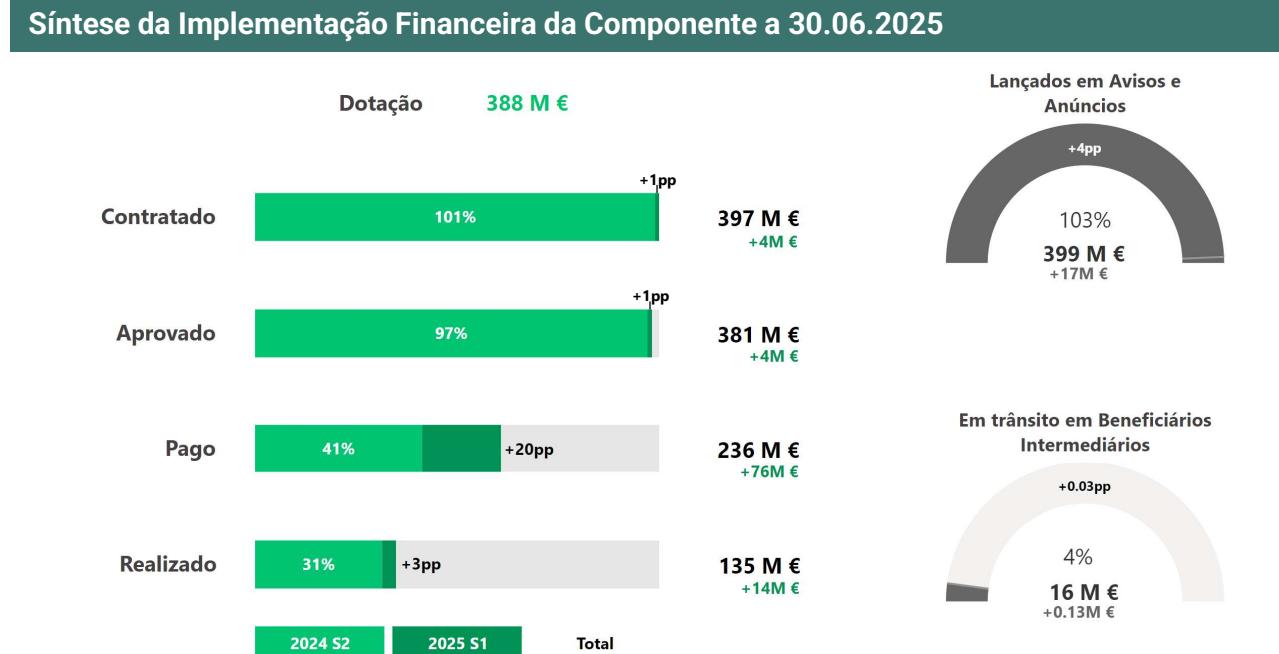
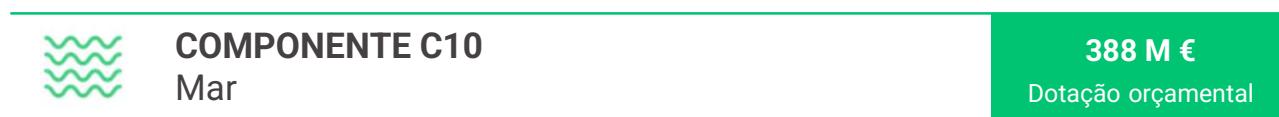
Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano Responsável: CI - AMAL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE	44 M €	137%	38%	40%
C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola Responsável: FUNDO AMBIENTAL	19 M €	73%	7%	1%
C09-i01.03	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos Responsável: AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.	6 M €	100%	33%	23%
C09-i01.04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM Responsável: ÁGUAS DO ALGARVE S.A.	51 M €	330%	42%	18%
C09-i03-RAM	Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	82 M €	100%	24%	12%
C09-i05	Parque fotovoltaico de Alqueva Responsável: EDIA - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURAS DO ALQUEVA S.A.	35 M €	100%		0%

*Ajuste de investimentos decorrentes da reprogramação



7. Síntese da Implementação por Componente



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2025
▲		
C10-r23	Reforma do Ecossistema de Infraestruturas de Suporte à Economia Azul	● Concretizada

Investimentos

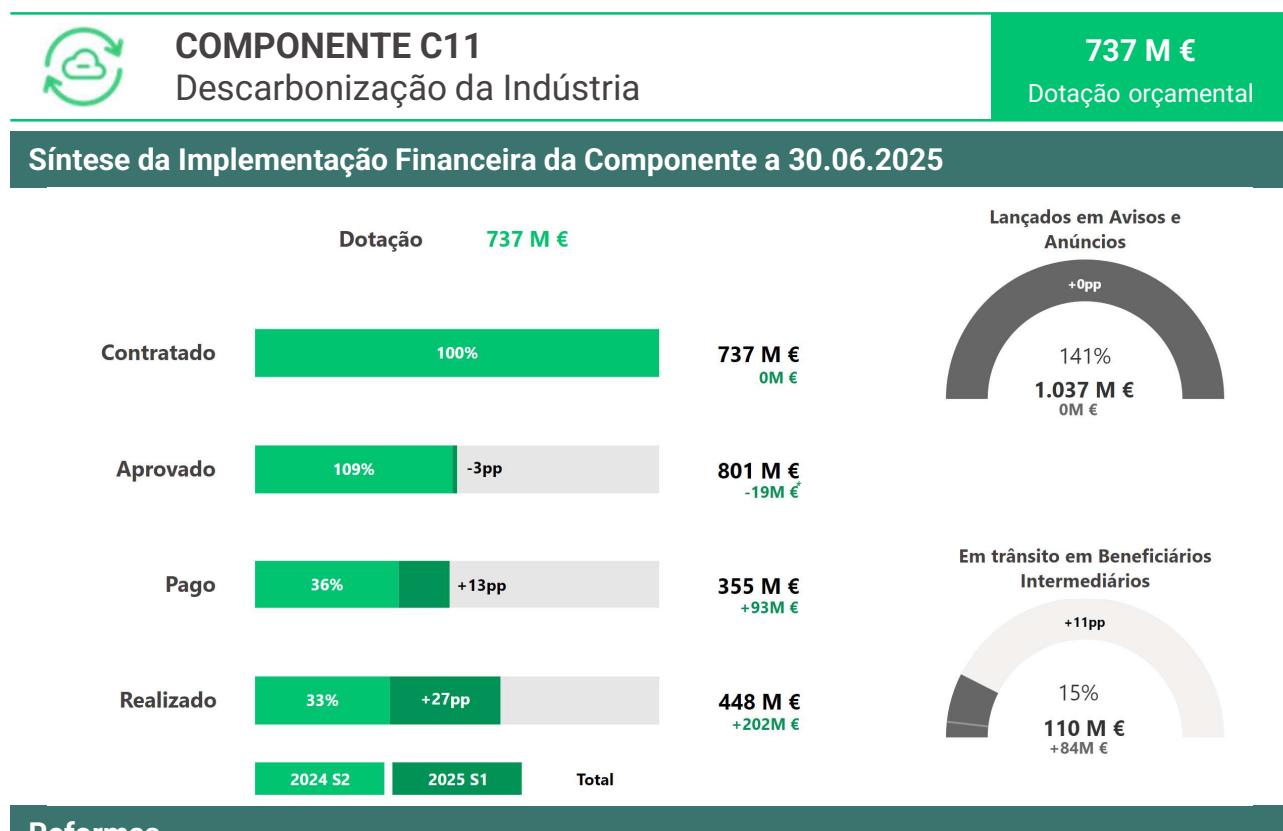
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
▲					
C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul Responsável: FUNDO AZUL	86 M €	113%	41%	22%
C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas Responsável: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFAP, I.P.)	25 M €	94%	48%	76%
C10-i03.01	Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações Responsável: MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL-MARINHA	148 M €	100%	99%	100%
C10-i03.02	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0) Responsável: ARSENAL DO ALFEITE, S.A.	2 M €	100%	87%	92%
C10-i04-RAA	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores" Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	52 M €	93%	56%	14%
C10-i05-RAA	Transição energética, digitalização e redução do impacto ambiental no setor da Pesca e da Aquicultura Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	5 M €	100%	13%	0%
C10-i06-RAM	Transição energética, digitalização e redução do impacto ambiental no setor da Pesca e da Aquicultura Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	20 M €	100%	13%	0%
C10-i07	Green Shipping Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	50 M €	74%	17%	0%



Mar



7. Síntese da Implementação por Componente



Reformas

Não existe reformas associadas a esta componente.

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C11-i01	Descarbonização da Indústria Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	737 M €	109%	48%	51%

*Desistência de projetos



Descarbonização da Indústria

Assinados

1.636**Termos de Aceitação**

Aprovados

**792 milhões €**

a empresas para projetos de descarbonização industrial

Assinados

21**Termos de Aceitação**

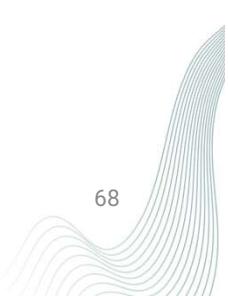
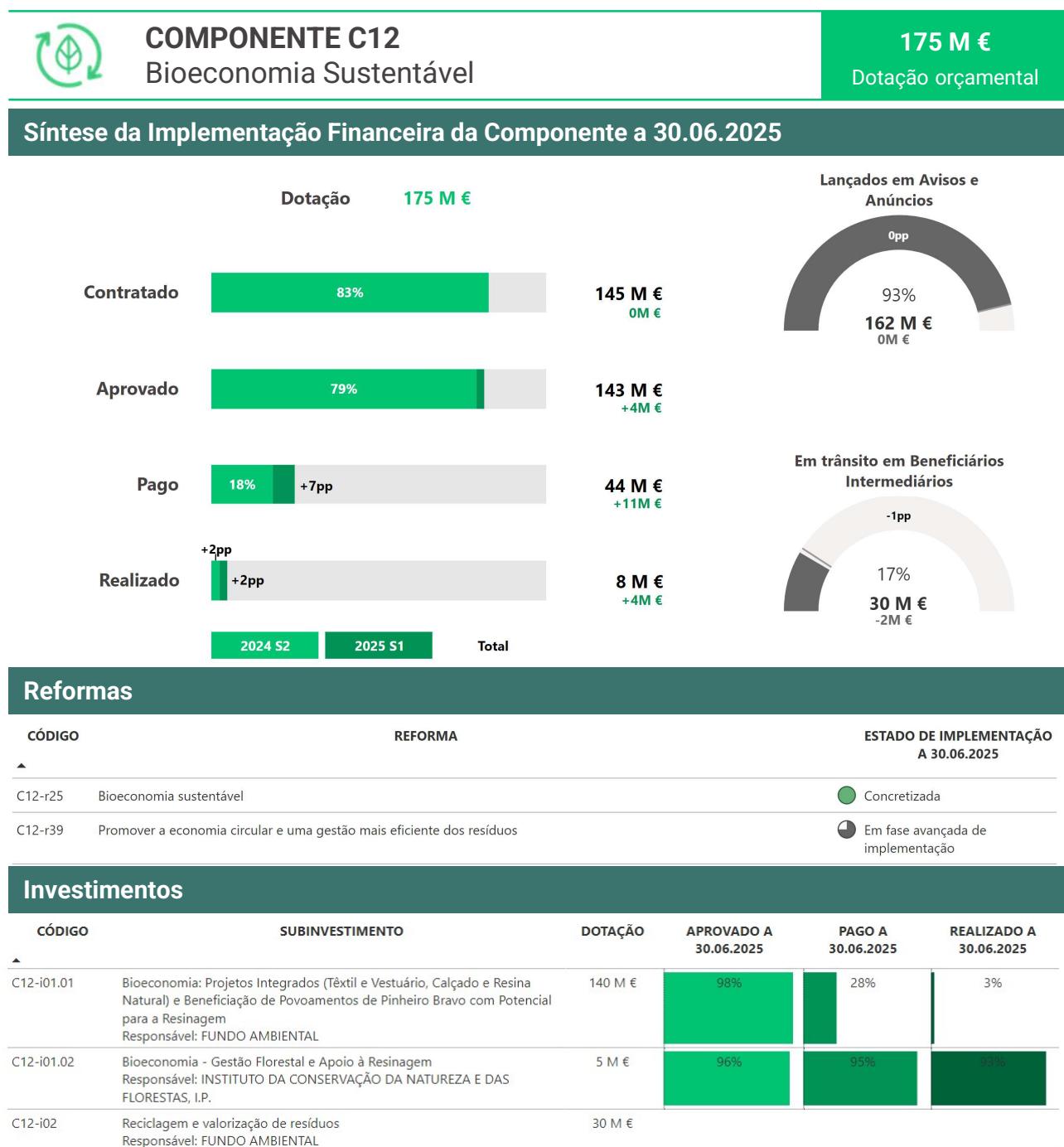
Aprovados

9,3 milhões €

a Associações empresariais e centros tecnológicos de diversos setores industriais para projetos que promovam a valorização da atividade industrial e a descarbonização da economia



7. Síntese da Implementação por Componente





Bioeconomia Sustentável



7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C13

Eficiência Energética em Edifícios

622 M €

Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2025

Dotação 622 M €

Contratado 98% 610 M €
0M €

Lançados em Avisos e Anúncios

-5pp
100%
622 M €
-30M €

Aprovado 56% -2pp 347 M €
-14M €

Em trânsito em Beneficiários Intermediários

-3pp
2%
14 M €
-20M €

Pago 28% +2pp 187 M €
+15M €

Realizado 34% -4pp 210 M €
-24M €

2024 S2

2025 S1

Total

Reformas

Não existe reformas associadas a esta componente.

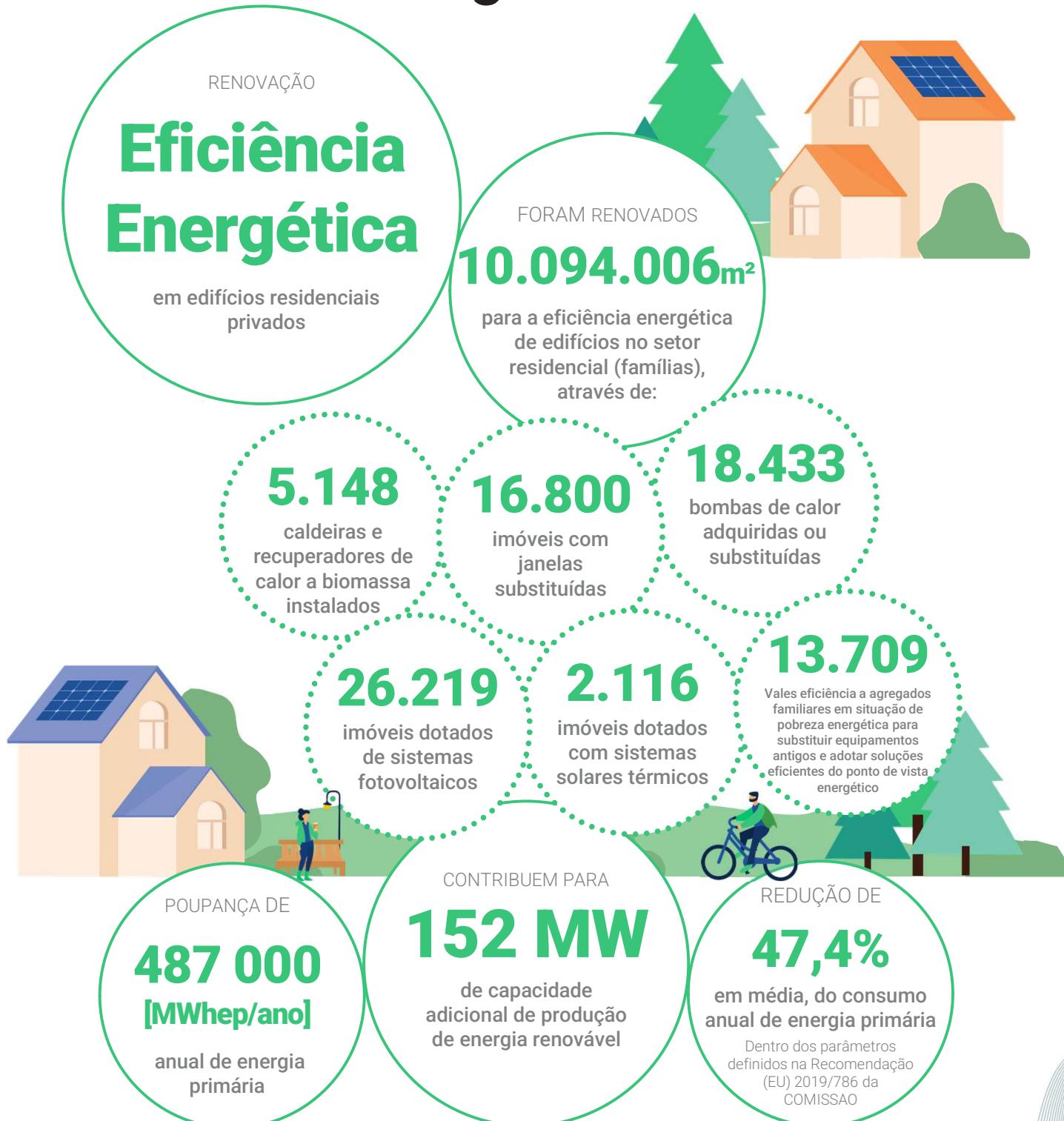
Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C13-i01	Eficiência energética em edifícios residenciais Responsável: FUNDO AMBIENTAL	312 M €	44%	44%	57%
C13-i02	Eficiência energética em edifícios da administração pública central Responsável: FUNDO AMBIENTAL	240 M €	78%	19%	0%
C13-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços Responsável: FUNDO AMBIENTAL	70 M €	31%	4%	0%

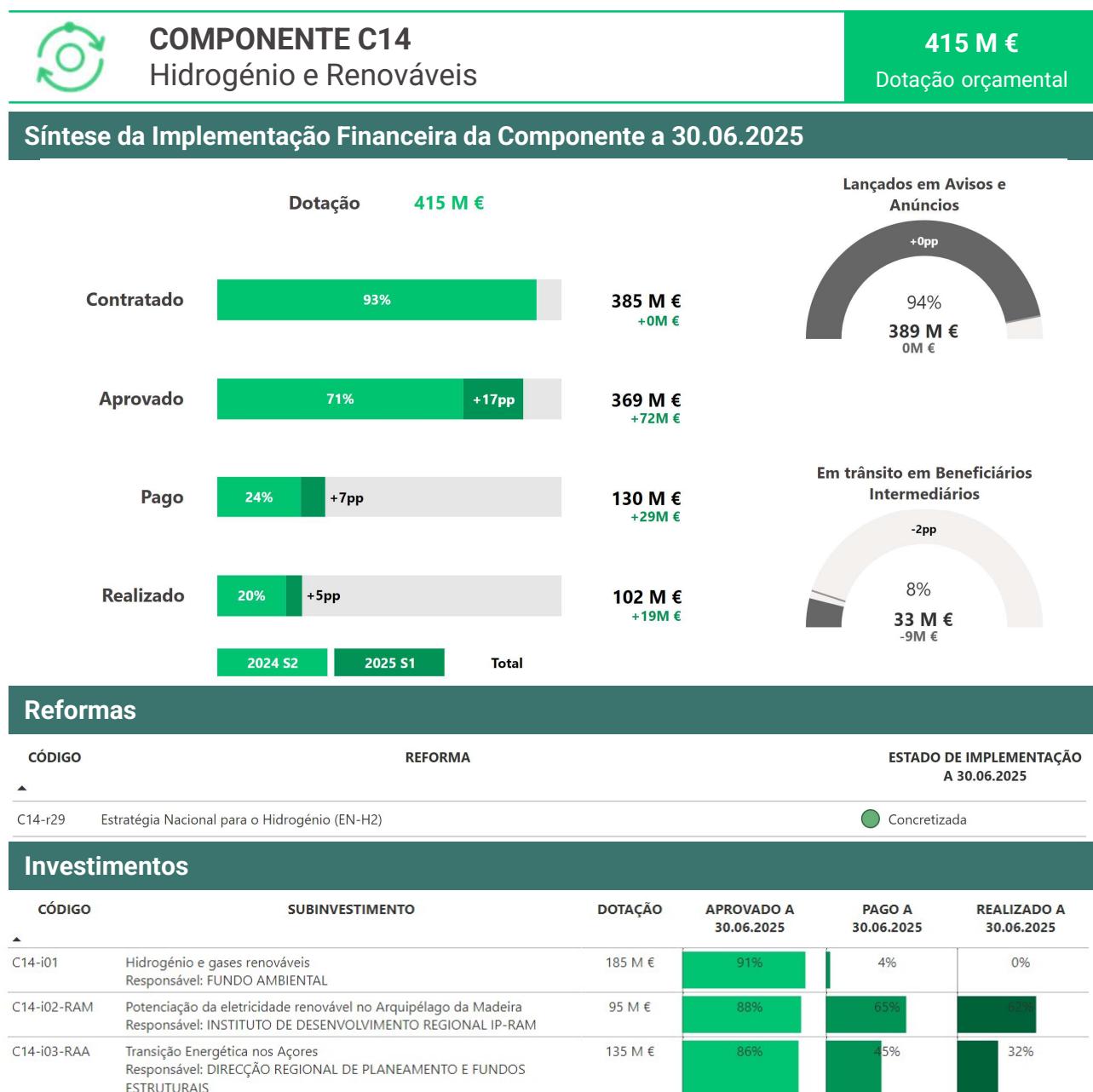
*Projetos transferidos para a C21



Eficiência Energética em Edifícios

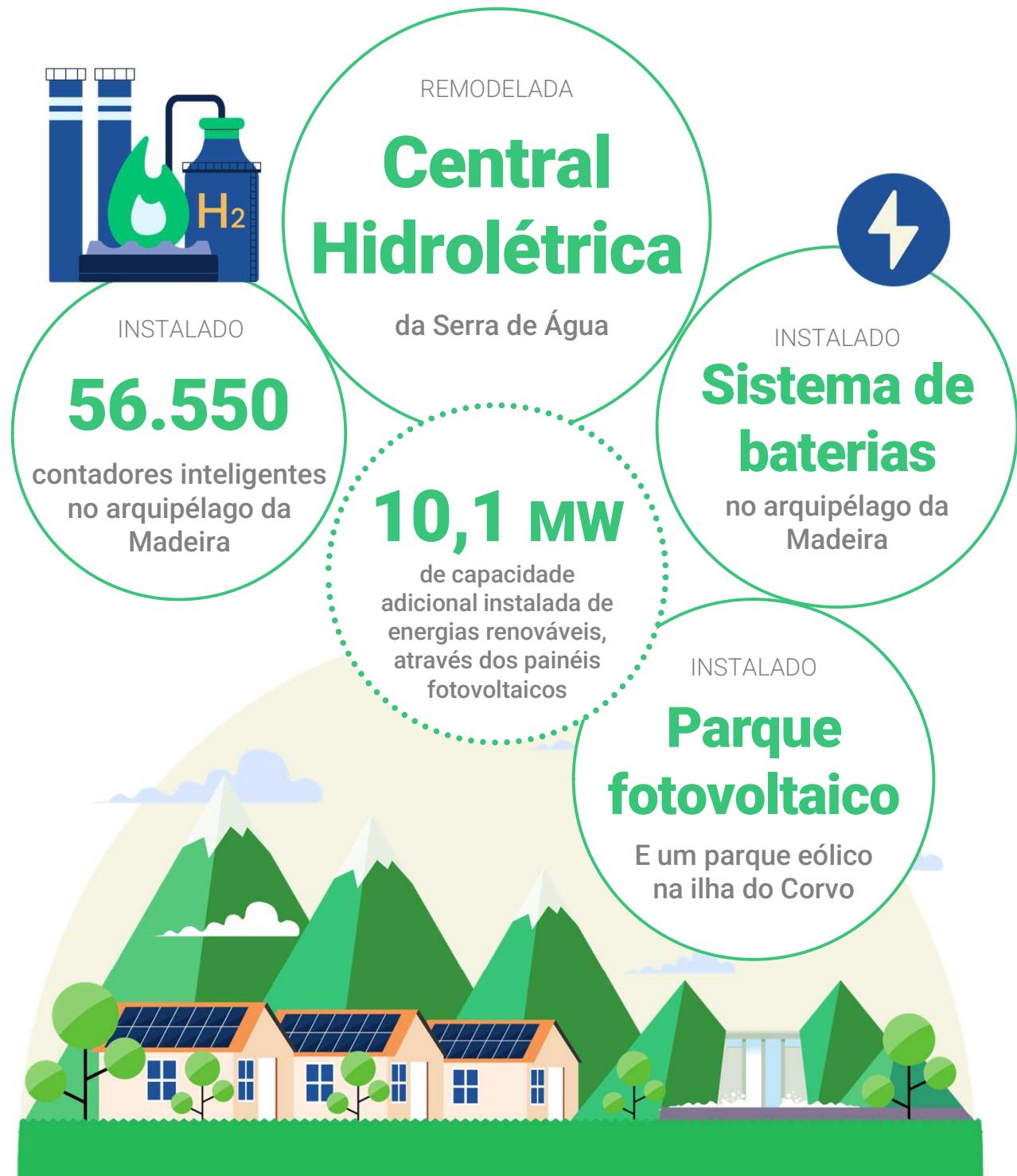


7. Síntese da Implementação por Componente

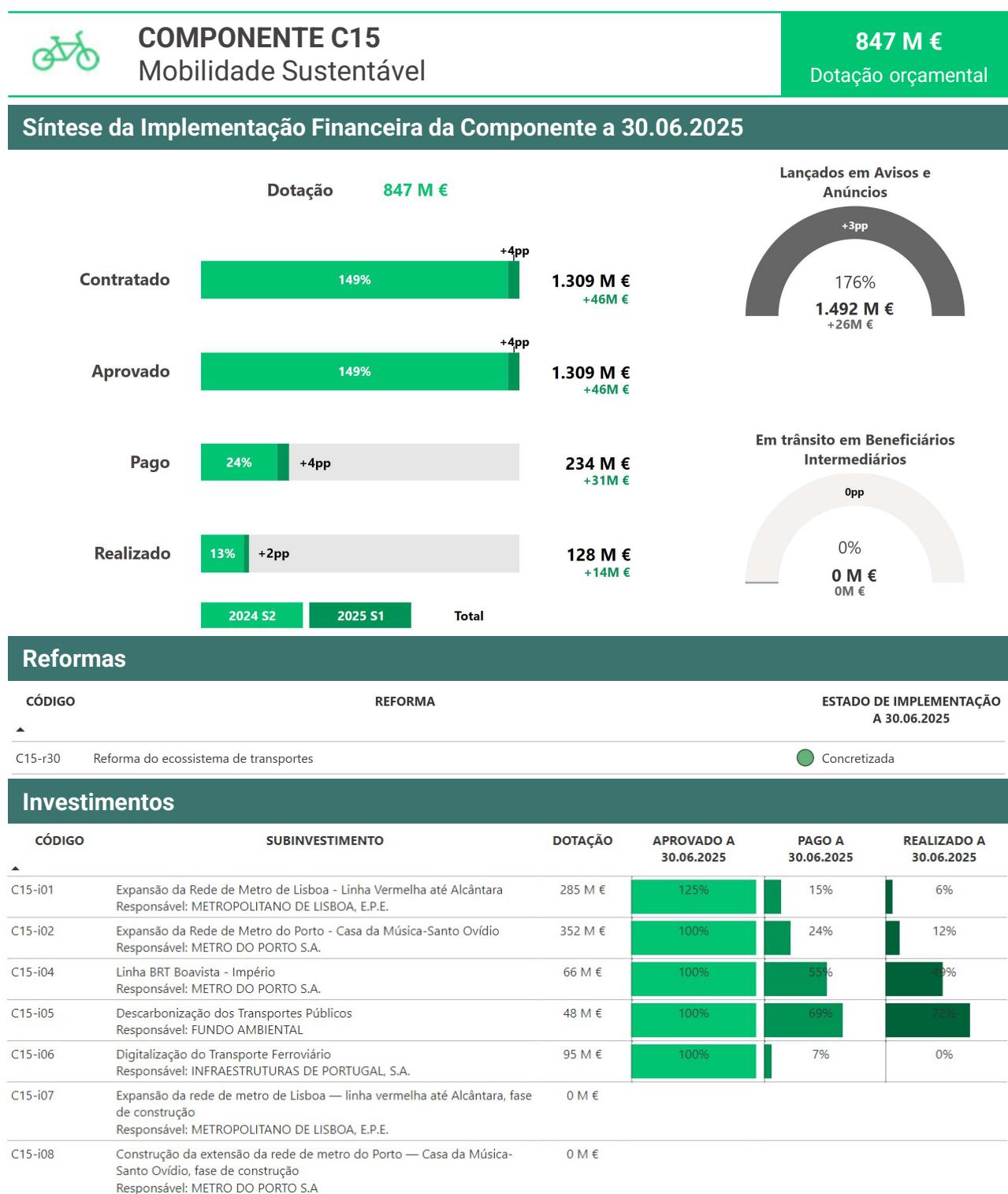




Hidrogénio e Renováveis



7. Síntese da Implementação por Componente





Mobilidade Sustentável

ADQUIRIDOS

Autocarros de zero emissões

(elétricos ou a hidrogénio)
utilizados para transporte
público

200

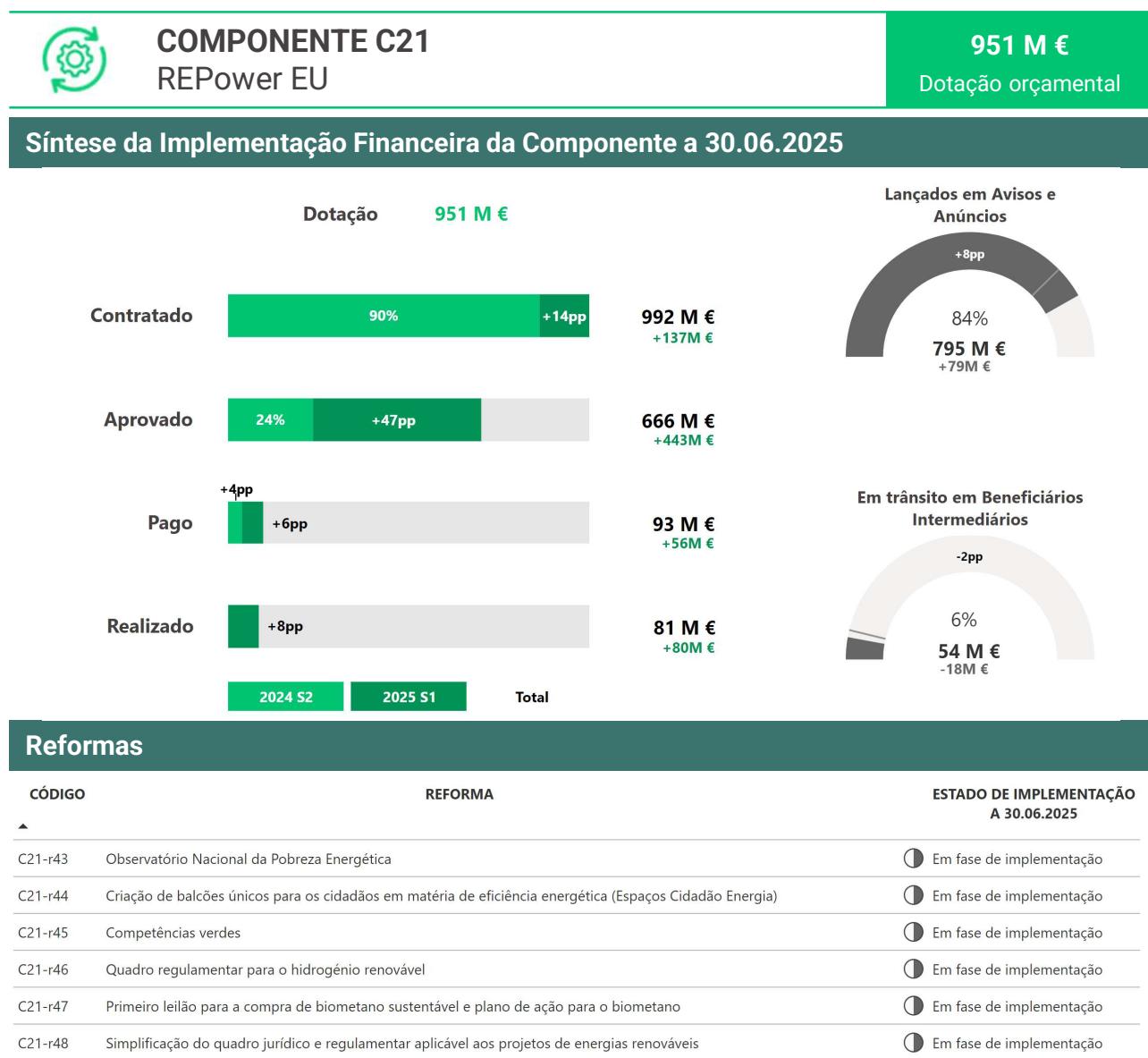
viaturas de transporte
público de passageiros
nas Áreas Metropolitanas
de Lisboa e Porto a
funcionar

131

postos de
carregamento
elétrico em
funcionamento



7. Síntese da Implementação por Componente



7. Síntese da Implementação por Componente

COMPONENTE C21 REPower EU		951 M € Dotação orçamental			
Investimentos					
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C21-i01	Descarbonização da Indústria Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	100 M €	0%	0%	0%
C21-i02	Eficiência energética em edifícios residenciais (Dotação Adicional) Responsável: FUNDO AMBIENTAL	120 M €	37%	37%	5%
C21-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços (Dotação Adicional) Responsável: FUNDO AMBIENTAL	80 M €	1%		0%
C21-i04-RAM	Eficiência energética em edifícios e equipamentos públicos Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	14 M €	100%	0%	1%
C21-i05	Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Verde Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	50 M €	35%	8%	0%
C21-i06	Gases Renováveis (Dotação Adicional) Responsável: FUNDO AMBIENTAL	70 M €	100%	0%	0%
C21-i07.01	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos geofísicos, geotécnicos e de parâmetros ambientais Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P.	42 M €	100%	30%	7%
C21-i07.02	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos de recurso eólico, ondulação e correntes Responsável: LNEG - LABORATÓRIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA I.P.	8 M €	100%	50%	0%
C21-i08	Flexibilidade da Rede Responsável: FUNDO AMBIENTAL	100 M €	98%	0%	0%
C21-i09	One-Stop-Shop para o Licenciamento e Acompanhamento de Projetos de Energias Renováveis Responsável: EMER 2030 - ESTRUTURA DE MISSÃO PARA O LICENCIAMENTO DE PROJETOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS 2030	16 M €	64%	8%	0%
C21-i10-RAA	Sistema de Incentivos à aquisição e instalação de sistemas de armazenamento de energia a partir de fontes renováveis Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	6 M €	100%	116%	5%
C21-i11.01-RAM	Sistema de Incentivos à produção e Armazenamento de Energia Proveniente de Fontes Renováveis Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	6 M €	100%	13%	26%
C21-i11.02-RAM	Reforço da produção de eletricidade renovável na Ilha do Porto Santo Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	19 M €	71%	9%	14%
C21-i12	Descarbonização dos Transportes Públicos (Dotação Adicional) Responsável: FUNDO AMBIENTAL	227 M €	95%	0%	0%
C21-i13-RAM	Descarbonização dos Transportes Públicos da RAM Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	8 M €	141%	18%	15%
C21-i14	BRT Braga Responsável: TUB - TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.	76 M €	132%	17%	0%
C21-i16	Funicular da Nazaré Responsável: MUNICÍPIO DA NAZARÉ	10 M €	100%	26%	18%



REPowerEU

Aprovados

7 projetos

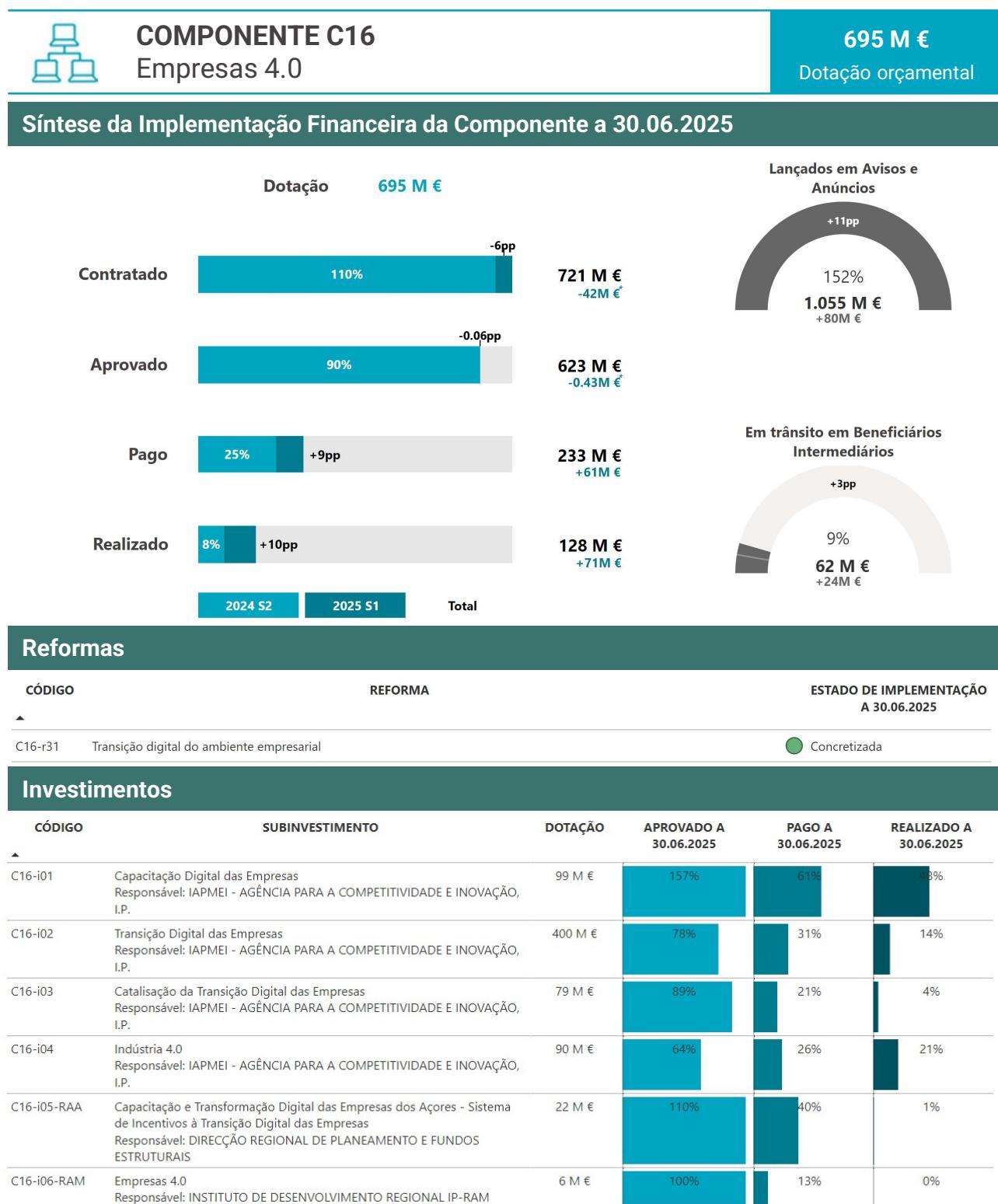
Para apoio ao
desenvolvimento de uma
Indústria Ecológica

Num montante

17,5 milhões €



7. Síntese da Implementação por Componente



*Ajuste de investimentos decorrentes da reprogramação



Empresas 4.0

**206.424
pessoas**

envolvidos em ações de formação em competências digitais, "Emprego + Digital"

**38.059
empresas**

com trabalhadores envolvidos em ações de formação em competências digitais

Apoiadas
1.660

empresas

Indústria 4.0

**283.609
pessoas**

envolvidas na formação da Academia Portugal Digital

**143.903
participantes**

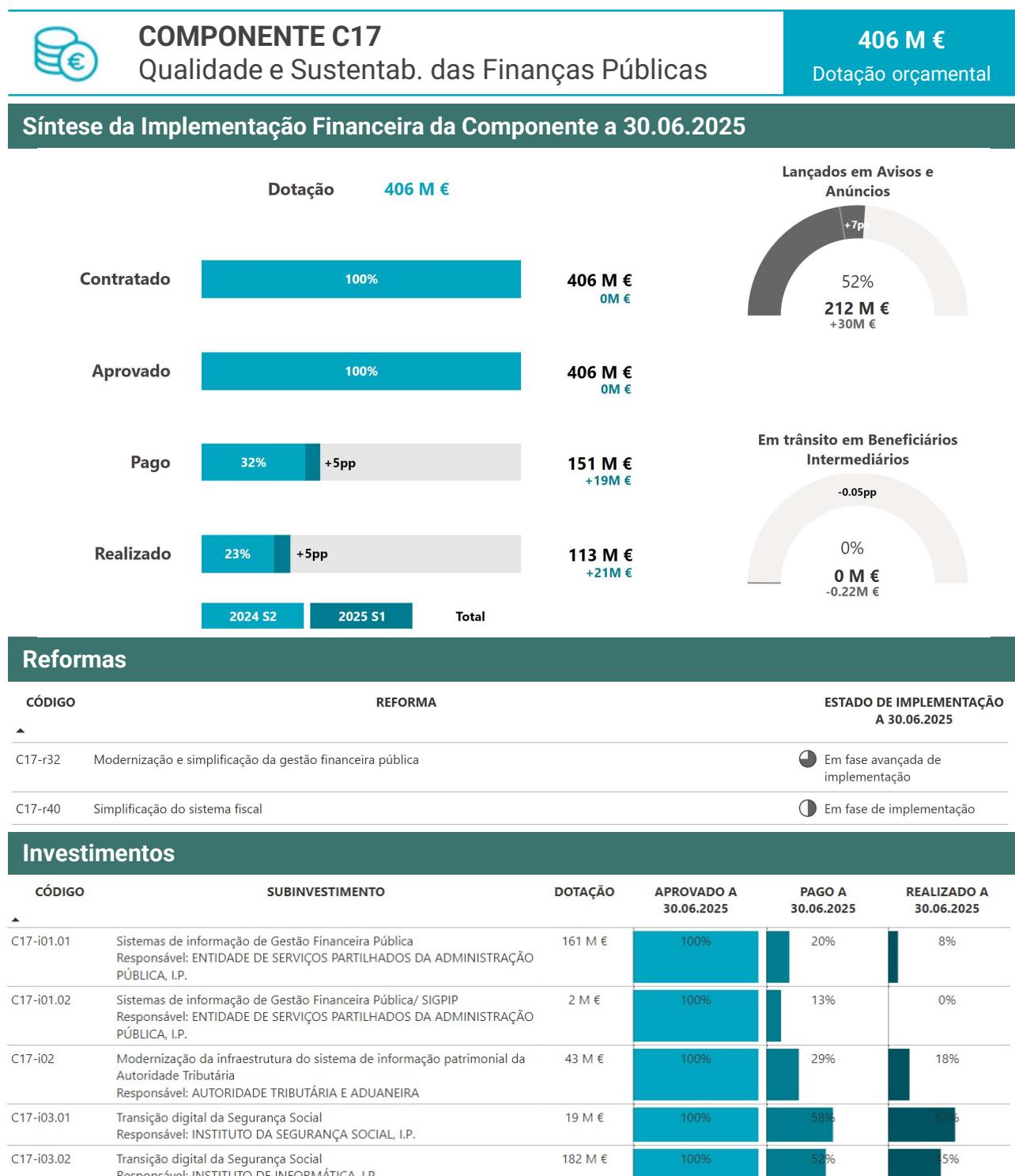
na Academia Portugal Digital com módulos de formação concluídos com sucesso

39 MOOCs

criados, desenvolvidos e disponibilizados para a Academia Portugal Digital



7. Síntese da Implementação por Componente



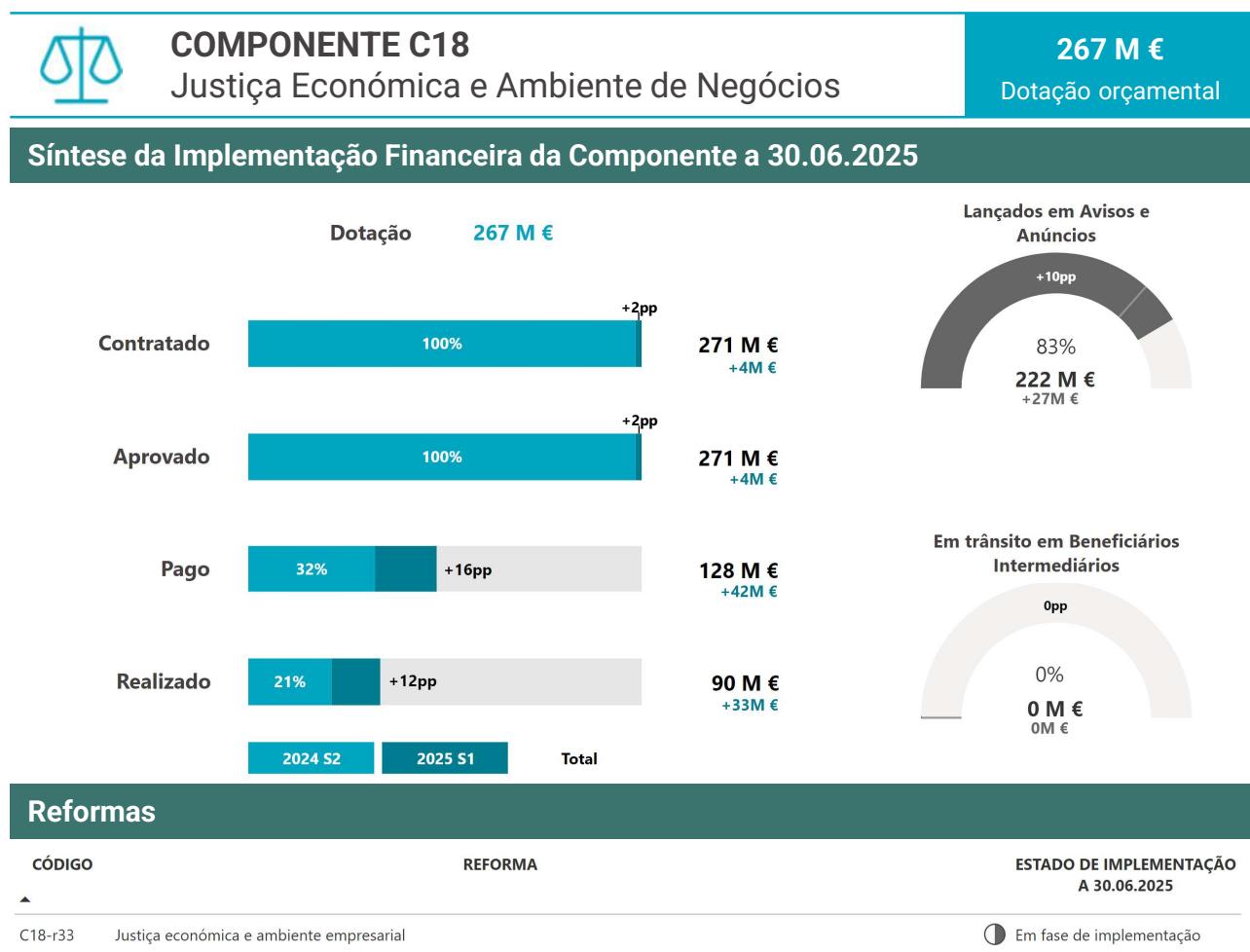


Qualidade e Sustentabilidade

Finanças Públicas



7. Síntese da Implementação por Componente



7. Síntese da Implementação por Componente

COMPONENTE C18		Justiça Económica e Ambiente de Negócios			
		267 M €			
		Dotação orçamental			
Investimentos					
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C18-i01.01	TD C18-i01.01: Justiça económica e ambiente de negócios/IGFEJ Responsável: INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, I.P.	139 M €	99%	42%	33%
C18-i01.02	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/IRN Responsável: INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I.P.	43 M €	100%	43%	36%
C18-i01.03	TD C18-i01.03: Justiça económica e ambiente de negócios/DGPJ Responsável: DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA	24 M €	75%	28%	17%
C18-i01.04	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/DGAJ Responsável: DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	16 M €	100%	70%	38%
C18-i01.05	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/PJ Responsável: POLICIA JUDICIARIA	19 M €	150%	99%	44%
C18-i01.06	TD C18-i01.06: Justiça económica e ambiente de negócios/SGMJ Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA JUSTIÇA	10 M €	59%	31%	22%
C18-i01.07	TD C18-i01.07: Justiça económica e ambiente de negócios/INMLCF Responsável: INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÉNCIAS FORENSES, I.P.	7 M €	154%	86%	94%
C18-i01.08	TD C18-i01.08: Justiça económica e ambiente de negócios/INPI Responsável: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	2 M €	100%	61%	53%
C18-i01.09	TD C18-i01.09: Justiça económica e ambiente de negócios/CAAJ Responsável: COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	1 M €	142%	92%	83%
C18-i01.10	TD C18-i01.10: Justiça económica e ambiente de negócios/PGR Responsável: PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	3 M €	100%	32%	22%
C18-i01.11	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/CSM Responsável: CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	1 M €	267%	79%	53%
C18-i01.12	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/STA Responsável: CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS	0 M €	317%	176%	53%
C18-i01.13	Justiça Económica e Ambiente de Negócios / MENAC Responsável: MECANISMO NACIONAL ANTICORRUPÇÃO (MENAC)	1 M €	50%	13%	0%



Justiça Económica e Ambiente de Negócios



IMPLEMENTAÇÃO

Plataforma de software

que implementa o 'sistema informático modernizado para a investigação criminal', que inclui, na 'implementação de interfaces' de pesquisa que lhe fazem parte, as 'interoperabilidades com congêneres europeias e internacionais, respetivamente da Europol e da Interpol' em funcionamento.

PLATAFORMA Empresa 2.0

em funcionamento

Regime jurídico

para incentivar os acordos judiciais e extrajudiciais, com o
Decreto-Lei n.º 30/2023

10 subsecções especializadas

dos tribunais centrais administrativos aprovada pela

Portaria 281-A/2023

EM VIGOR

Novo estatuto dos oficiais de justiça

com a criação da carreira especial de oficial de justiça e respetiva tabela remuneratória

Decreto-Lei n.º 27/2025, de 20 de março



7. Síntese da Implementação por Componente



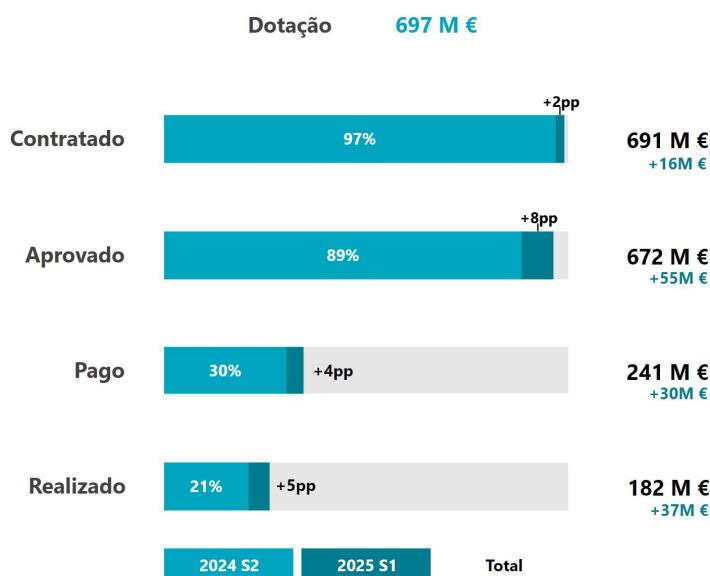
COMPONENTE C19

Administração Pública mais Eficiente

697 M €

Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2025



Lançados em Avisos Anúncios



Em trânsito em Beneficiários Intermediários



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2025
▲		
C19-r34	Serviços públicos digitais, simples, inclusivos e seguros para os cidadãos e para as empresas	Concretizada
C19-r35	Reforma funcional e orgânica da administração pública	Concretizada
C19-r36	Administração pública capacitada para a criação de valor público	Concretizada
C19-r41	Acesso aos serviços públicos: harmonizar e consolidar o acesso presencial e em linha	Em fase de implementação
C19-r42	Novo sistema de avaliação para capacitar e rejuvenescer o pessoal da administração pública	Em fase de implementação

7. Síntese da Implementação por Componente


COMPONENTE C19
 Administração Pública mais Eficiente

697 M €
 Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2025	PAGO A 30.06.2025	REALIZADO A 30.06.2025
C19-i01.01	Reformulação do atendimento dos serviços públicos e consulares Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	159 M €	96%	39%	30%
C19-i01.02	Reformulação do atendimento dos serviços públicos e consulares/SGMNE Responsável: SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	56 M €	91%	53%	47%
C19-i02.01	Serviços Eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados para um aumento de transparéncia e eficiência Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	65 M €	103%	46%	39%
C19-i02.02	Serviços Eletrónicos sustentáveis/INE Responsável: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA	5 M €	100%	60%	32%
C19-i03	Reforço do quadro geral de cibersegurança na base da confiança para a adoção dos serviços electrónicos Responsável: GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA (GNS)	51 M €	102%	21%	9%
C19-i04.01	Transição Digital na Rede Informática do Governo (RING)/CEGER Responsável: CENTRO DE GESTÃO DA REDE INFORMÁTICA DO GOVERNO - CEGER	13 M €	100%	66%	46%
C19-i04.02	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas/SGMAI Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	69 M €	90%	50%	39%
C19-i04.03	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas Responsável: AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO, MIGRAÇÕES E ASILO, I.P.	4 M €	100%	26%	29%
C19-i04.04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas Responsável: SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	4 M €	100%	99%	74%
C19-i04.05	Sistema de alerta para eventos extremos Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P.	5 M €	100%	13%	0%
C19-i05.01-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM- DRI Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	77 M €	100%	14%	7%
C19-i05.02-RAM	Digital transition of Madeira's public administration - Soluções de Business Intelligence (BI) e Artificial Intelligence (AI) para a Administração Pública Regional Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	4 M €	100%	14%	1%
C19-i06-RAA	Modernização e digitalização da Administração Pública- RAA Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	31 M €	100%	44%	33%
C19-i07.01	Capacitação da Administração Pública - INA Responsável: INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P. (INA, I.P.)	30 M €	98%	26%	13%
C19-i07.02	C19 - i07.02 - Capacitação da Administração Pública – Entidade responsável pela implementação da reforma TD-135 Responsável: SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	2 M €	100%	13%	1%
C19-i07.03	Capacitação da Administração Pública - Formação Lojas do Cidadão/ Espaços Cidadão Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	1 M €	100%	47%	39%
C19-i07.04	Capacitação da Administração Pública - PlanAPP Responsável: CENTRO DE COMPETÊNCIAS DE PLANEAMENTO, DE POLÍTICAS E DE PROSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO (PLANAPP)	12 M €	100%	34%	25%
C19-i07.05	TD C19-i07.05 - Capacitação da Administração Pública - Programa de Estágios e Promoção do Teletrabalho Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO	38 M €	84%	44%	42%
C19-i08	Territórios Inteligentes Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	72 M €	95%	3%	0%

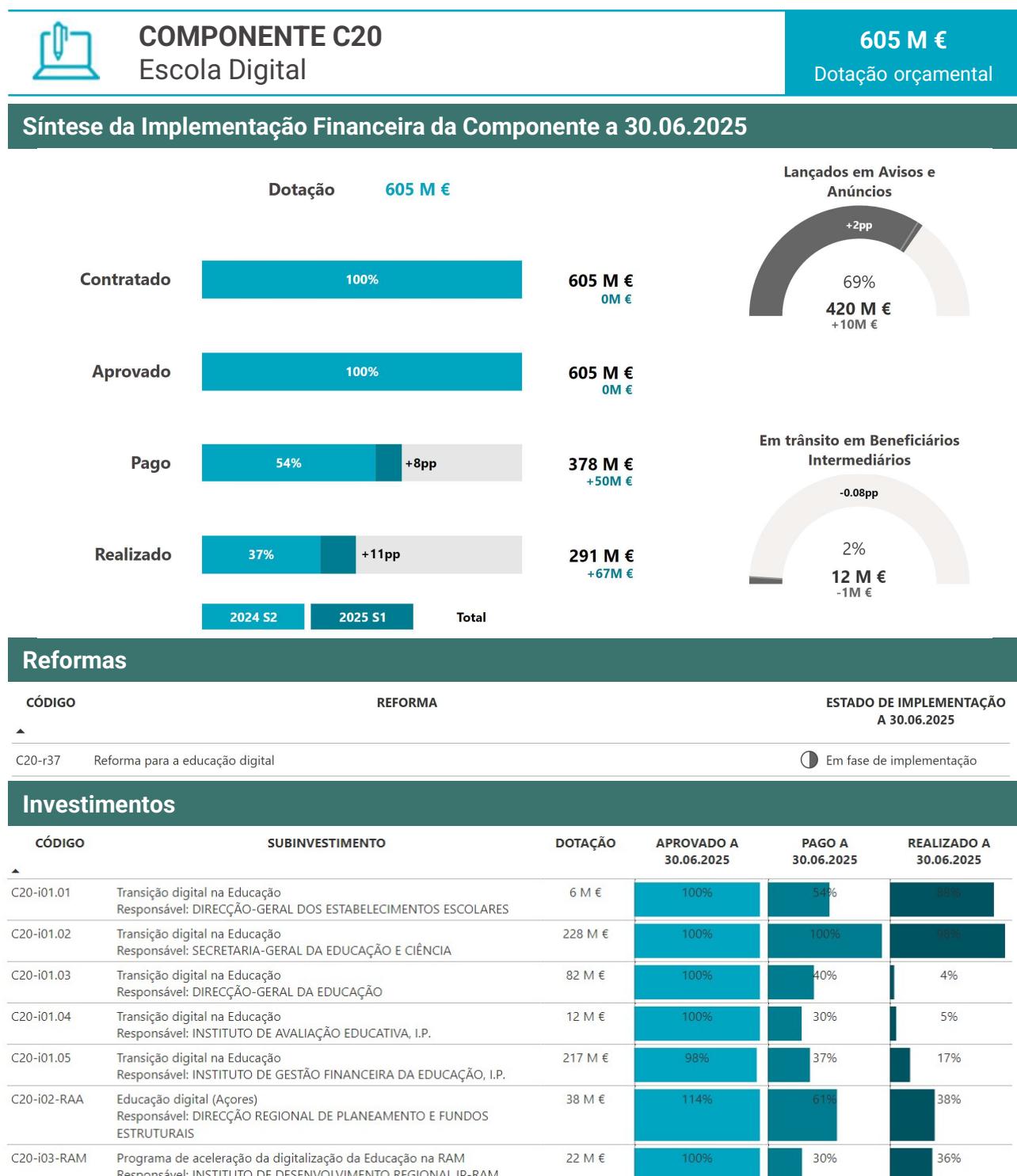


Administração Pública Mais Eficiente



*1. Consultar os pontos da carta de condução; 2. Consultar o histórico de contraordenações; 3. Ativar a Chave Móvel Digital com recurso a biometria; 4. Confirmar a alteração da morada no Cartão Cidadão; 5. Pedir o certificado de registo criminal de pessoas singulares; 6. Renovar a carta de condução de forma automatizada; 7. Alteração de dados associados à Chave Móvel Digital; 8. Exercer a atividade de feirante; 9. Pedir Ocupação de espaço público; 10. Pedir Certidão - Deferimento tácito; 11. Comunicar a realização de saldos; 12. Comunicar realização de Liquidações; 13. Comunicar a venda especial esporádica; 14. Pedir Cheque Nutricionista; 15. Pedir Cheque Psicológico; 16. Pedir os números de identificação fiscal, segurança social e nacional de utente (saúde) para estrangeiros; 17. Subscrição de jornais ou revistas através do programa de assinaturas digitais para jovens.

7. Síntese da Implementação por Componente





Escola Digital





Anexos

ANEXOS

ANEXO I

Listagem de Projetos Aprovados a Beneficiários Diretos

ANEXO I - Listagem de Projetos Aprovados a Beneficiários Diretos

A listagem dos projetos aprovados a 30 de junho de 2025 consta de documento autónomo.

ANEXOS

ANEXO II

Listagem de Projetos Aprovados a Beneficiários Finais

ANEXO II - Listagem de Projetos Aprovados a Beneficiários Finais

A listagem dos projetos aprovados a 30 de junho de 2025 consta de documento autónomo.

